



CONHECENDO AS JUÍZAS FEDERAIS

VOLUME 1

CONHECENDO AS JUÍZAS FEDERAIS

VOLUME 1

2019

CONHECENDO AS JUÍZAS FEDERAIS

VOLUME 1

2019

FICHA TÉCNICA

Fotos

Página 15 - ASCOM-TRF1/Proforme
Página 27 - Fabiola Dias
Página 37 - JFRJ/NCOS
Página 43 - JFRJ/NCOS
Página 49 - Acervo pessoal/TRF2
Página 57 - ASCOM JFSC
Página 67 - Acervo TRF4
Página 75 - ACOM/TRF3
Página 83 - Acervo pessoal
Página 91 - Acervo pessoal
Página 99 - Acervo pessoal
Página 105 - Gleber Nova/TJPE

Página 111 - ASCOM-TRF1/Proforme
Página 112 - 1: acervo pessoal; 2: Gil Ferreira/Agência CNJ;
3: acervo pessoal
Página 113 - 1: ASCOM Ajufe; 2: ASCOM/SJRJ
Página 114 - 1: ACOI/TRF2.; 2: Reprodução Youtube
Página 115 - Acervo pessoal/TRF2
Página 116 - 1: ASCOM Ajufe; 2 e 3: acervo pessoal;
4: ASCOM JFSC
Página 117 - Acervo pessoal
Página 118 - 1 e 2: acervo pessoal; 3: ASCOM Ajufe
Página 117 - 1 e 2: ASCOM JFCE; 3: Gleber Nova/TJPE
Página 120 - Acervo pessoal
Página 121 - 1: acervo pessoal; 2: Ana Paula Orlandi



Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a devida autorização da
Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Livro "Conhecendo as Juízas Federais", Volume 1

Coordenação e revisão – Priscilla Peixoto
Redação e edição – ASCOM Ajufe
Projeto Gráfico – Lucas Soares
Diagramação – Lucas Soares
Capa – ASCOM Ajufe
Tiragem – 300 exemplares

Ajufe – Associação dos Juízes Federais do Brasil

SHS Quadra 6, Bloco E, Conj. A, salas 1.305 a 1.311
Brasil 21, Edifício Business Center Park 1
Brasília/DF – CEP 70.322-915
Tel. (61) 3321-8482
www.ajufe.org.br

PREFÁCIO

Instituída em 2017, a Comissão AJUFE Mulheres criou um espaço de reflexão e debate sobre questões de gênero que perpassam a magistratura federal. Com isso, vieram à baila temas como representatividade, diversidade nas instituições, desconstrução de estereótipos, reconhecimento do trabalho das magistradas federais e dilemas da dicotomia público-privado.

O projeto Conhecendo as Juízas Federais mobiliza todas essas questões a partir da narrativa das mulheres que integram ou integraram a magistratura federal em diferentes épocas e regiões. Ao longo do último ano, juízas e desembargadoras de todo o País foram convidadas a relatar suas experiências profissionais, revisitá episódios marcantes de sua vida pessoal e compartilhar suas percepções sobre a carreira. E, claro, a refletir sobre como suas trajetórias foram impactadas exatamente por serem mulheres.

O resultado dessas entrevistas é um registro tão plural quanto surpreendente. A um só tempo, emergiram análises aguçadas sobre justiça social, registros marcantes extraídos do cotidiano profissional e o reconhecimento de dificuldades na profissão ligadas à condição feminina. Em comum, a renovação dos compromissos e das convicções que, a despeito de quaisquer dificuldades, as trouxeram à magistratura federal e as fizeram pioneiras sob muitos aspectos. A todas registramos nosso reconhecimento e nossa gratidão.

Abrindo caminho para as entrevistas, essa publicação tem início com o texto “As juízas no sistema de justiça”, de autoria de Débora Diniz, antropóloga e professora da Universidade de Brasília.

Trata-se da palestra de abertura do II Seminário Mulheres no Sistema de Justiça: trajetórias e desafios, realizado em 2018. Diz a professora que “o justo, o principal sentido do trabalho de um juiz, se move pelas regras do jogo jurídico, mas também pela sensibilidade diante de cada vida que se lança como um ‘caso concreto’. Regras e afetos importam para que o humano alcance o espaço da escuta”. Longe de traduzir qualquer visão essencialista sobre homens e mulheres, esse trecho enfatiza que as vivências que cada juiz ou juíza trazem consigo importam para a criação de espaços de fala e de escuta dentro do Poder Judiciário, com reflexos na própria legitimidade deste poder.

Com essa publicação, esperamos conferir visibilidade às histórias e ao trabalho das mulheres na Justiça Federal, exaltando seu papel na construção de um Poder Judiciário plural, inclusivo e comprometido com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Fernando Marcelo Mendes - Presidente da AJUFE

Gabriela Azevedo Campos Sales - Coordenadora da Comissão AJUFE Mulheres

Clara da Mota Santos Pimenta Alves - Idealizadora do projeto Conhecendo as juízas federais

¹ O objetivo inicial desta publicação era reunir 15 entrevistas, com 3 integrantes de cada TRF. Todavia, nem todas as entrevistas foram disponibilizadas até a data de fechamento desta edição, o que explica a diferença numérica em relação às representantes de cada Tribunal.

DIRETORIA AJUFE

Biênio 2018/2020

Presidente – Fernando Mendes

Vice-Presidentes

- 1^a Região** – Newton Pereira Ramos Neto
2^a Região – Flávio Oliveira Lucas
3^a Região – Carlos Eduardo Delgado
4^a Região – Patrícia Helena Daher Lopes Panasolo
5^a Região – Júlio Rodrigues Coelho Neto

Diretores

- Secretário-Geral** – Rodrigo Machado Coutinho
Primeiro Secretário – Eduardo André Brandão de Brito Fernandes
Tesoureiro – Frederico José Pinto de Azevedo
Revista – Cristina de Albuquerque Vieira
Cultural – Ilan Presser
Social – Aline Alves de Melo Miranda Araújo
Relações Internacionais – Clara da Mota Santos Pimenta Alves
Assuntos Legislativos – Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves
Relações Institucionais – Lincoln Rodrigues de Faria
Assuntos Jurídicos – Marcelo Adriano Michelotti
Esportes – Antônio José de Carvalho Araújo
Assuntos dos Aposentados – Vera Lucia Rocha Souza Jucovsky
Comunicação – Paulo André Espírito Santo Bonfadini
Administrativo – Alexandre Berzosa Saliba
Tecnologia da Informação – Marcelo Velasco Nascimento Albernaz
Comissões – Regilena Emy Fukui Bolognesi
Prerrogativas – Monique Marchioli Leite

Suplentes

- Rodrigo Pessoa Pereira da Silva
Rodrigo Reiff Botelho
Carolline Scofield Amaral
Richard Rodrigues Ambrosio
Rafael Chalegre do Rêgo Barros

Membros do Conselho Fiscal

- Adél Américo Dias de Oliveira
Otávio Henrique Martins Port
Rodrigo Maia da Fonte
Leandro Cadenas Prado (suplente)
Antônio Henrique Correa da Silva (suplente)
Silvio Coimbra Mourhè (suplente)

COMISSÃO AJUFE MULHERES

Comissão AJUFE Mulheres

Coordenadora – Gabriela Azevedo Campos Sales

Integrantes

- Adriana Barreto de Carvalho Rizzotto
Alessandra Gomes Faria Baldini
Camila Monteiro Pullin Milan
Carla Fernanda Fritsch Martins
Clara da Mota Santos Pimenta Alves
Célia Regina Ody Bernardes
Daniele Maranhão Costa
Louise Vilela Leite Filgueiras Borer
Madja de Sousa Moura Florencio
Mara Lina Silva do Carmo
Marcelle Ragazoni Carvalho
Maria Cândida Carvalho Monteiro de Almeida
Maria Isabel Pezzi Klein

- Marilia Ivo Neves
Monique Marchioli Leite
Patrícia Helena Daher Lopes Panasolo
Priscilla Pereira da Costa Corrêa
Polyana Falcão Brito
Raquel Coelho Dal Rio Silveira
Roger Raupp Rios
Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos
Sylvia Marlene de Castro Figueiredo
Tani Maria Wurster
Vanessa Curti Perenha Gasques

As juízas no sistema de justiça

por Debora Diniz,

Professora na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora visitante do Center for Latin American and Caribbean Studies na Brown University (LACSBrownU)

Este é um momento especial. Em nome do dr. Roberto Veloso, Presidente da Ajufe; dr. Fábio Francisco Esteves, Presidente da Amagis; da Ministra Laurita Vaz (STJ); do Ministro Dias Toffoli, em nome do Poder Judiciário e da Desembargadora Daniele Maranhão Costa, integrante da Ajufe Mulheres; além da líder desse grupo, Juíza Federal Clara Mota Pimenta, agradeço o convite para a conversa desta noite.

Fiona Maye é uma juíza da vara de família. Um daqueles casos descritos como “difícies” chegou ao seu gabinete – no romance de Ian McEwan, Adam Henry é um Testemunha de Jeová de 17 anos, cuja sobrevivência depende de uma transfusão sanguínea. Contra a vontade da família, o hospital sustenta o dever de transfusão compulsória: haveria uma urgência em curso, e o paciente estava na fronteira entre a adolescência e a vida adulta, por isso não caberia a ele nem à família decidir. Fiona sabia que era o sentido da vida o que importava (e não apenas a sobrevida) e se inquietou com as letras do processo: havia muitas camadas de vida vivida por trás da urgência do hospital. Não era apenas um dilema entre liberdade religiosa e cuidados em saúde – era o sentido da existência de um jovem rapaz que estava em xeque. E, como todas nós, Fiona vivia inquietações na casa e no trabalho – ora os dois mundos eram distantes, ora se confundiam na intimidade de seus segredos.

Em entrevista, McEwan explica uma das razões por que escreveu o livro – “há poucos juízes na literatura. Normalmente, quando a ficção encontra a lei é para tratar de criminosos, detetives, espiões, advogados e vítimas. Mas o juiz é uma figura central nesse mundo”, diz ele. É verdade, *o juiz é uma figura central neste mundo*. Eu gostaria de agradecer a cada juiz de um passado recente que garantiu as cotas universitárias, que protegeu as famílias não heterossexuais, que protegeu as terras indígenas, que defendeu a não violência contra a mulher, que garantiu o direito ao aborto em caso de anencefalia no feto. Mas, neste instante, eu queria ser ainda mais precisa: agradeço a cada juiza, essa figura indispensável para se pensar e fazer a justiça no país. Não foi acaso, e aqui sou eu quem imagino, que a personagem central do romance foi uma juíza, Fiona. Contar a história de juízas é mais do que um ato de originalidade: é quase rebeldia. Mulheres juízas são um exemplo de rebeldia ao que se imaginaria o destino do gênero – que nasceríamos isso ou aquilo, viveríamos quase todas para a maternidade ou para os ofícios de cuidado. Houve quem disse que nossos sentimentos nos trairiam para o exercício da racionalidade. É aí que está a rebeldia de uma juíza que busca a verdade e o certo.

Fiona não é uma personagem simples: está muito distante do protótipo do juiz matemático que se dedica a ponderar leis e consequências. O juiz modelo, o homem taciturno e meticoloso do romance “Divórcio em Buda”, de Sandor Marai, encarna-se no juiz Kristóf Kőmives: aquele que quando duvida da razão é por que outra ordem normativa lhe desafia, no caso, a religião. Kristóf, como Fiona, era um juiz de família, e se perturbou quando a abstração do processo lhe apresentou a história de um amigo próximo em divórcio. Como homem religioso, acreditava na eternidade do matrimônio. Diferente de Fiona que saiu de seu gabinete e visitou Henry à beira do leito, Kristóf recebeu a visita do amigo antes do julgamento. Os dramas internos são semelhantes entre os dois personagens, no entanto, o que assombra o juiz é o dilema clássico entre a lei divina e a mundana; em Fiona, é a sua própria existência, a existência do outro e a lei.

Já ouvimos muito sobre os dramas do juiz Kristóf, até o descrevemos como o dever de laicidade do julgador – crenças religiosas ou filosóficas não devem determinar o senso de justiça. Por isso, o juiz Kristóf me parece menos interessante: é Fiona quem me provoca, e agradeço a McEwan que a tenha feito uma juíza. Fiona está viva, sente as letras do processo, transita entre o drama do adolescente e seus próprios dramas familiares.

Toma para si o dever do juiz Hércules, aquela que olha para trás e considera o que se descreve como jurisprudência, mas também se deixa provocar pelo novo de cada caso. Fiona não é uma heroína, mas uma mulher atormentada em busca do justo: como sabem, a alegoria de Hércules para o juiz não é minha, e se me coubesse eleger personagens míticos não hesitaria em recolher Antígona para inspirar Fiona – aquela que não confunde o justo com tradição, aquela que chora o irmão impuro ignorando a lei da cidade. É certo que há algo de curioso em McEwan ao ter recorrido a uma mulher para desnudar o humano de um juiz – conflitos teológicos são masculinos; tramas familiares são femininos.

É fácil ver em Fiona as ambiguidades atribuídas às mulheres – inconformada com a palidez das letras do processo, Fiona foi ao hospital conhecer o adolescente que poderia morrer puro ou sobreviver impuro por sua decisão. Um leitor crente no racionalismo do juiz como alguém distante dos afetos poderá localizar em Fiona o risco de termos mulheres como juízas: a sensibilidade feminina, nossos humores ou vapores, como diria a medicina antiga, ou nossa histeria crônica, para os leitores tortos de Freud, impediria as mulheres de alcançar o justo de maneira imparcial. **Mas de que imparcialidade falam quando se referem às mulheres?** A parcialidade do gênero se assumiu como imparcial – estamos falando da forma como a branquitude masculina criou o discurso sobre o justo: do vocabulário aos trejeitos, das piadas aos confrontos argumentativos, a cena jurídica é culturalmente masculina.

Não preciso dizer que tanto esse ideal de imparcialidade não existe – seja para homens ou mulheres, pois o que sempre haverá são formas assentadas no tempo, na história e na cultura de julgarmos o certo e o errado, o que não é o mesmo que dizer que um juiz ou juíza não possa ser confiável sem seus julgamentos – como essa foi a melhor fantasia já criada para sustentar o poder da branquitude masculina e suas maneiras de governar. O justo, o principal sentido do trabalho de um juiz, se move pelas regras do jogo jurídico, mas também pela sensibilidade diante de cada vida que se lança como um “caso concreto”. Regras e afetos importam para que o humano alcance o espaço da escuta. Na ausência de um olho de deus, o ponto mágico de Arquimedes além do contingente, cá estamos todas nós, homens e mulheres, fadadas a lidar com nossas marcas escondidas para a compreensão do mundo. Se algo diferencia Fiona de Kristóf, uma juíza de um juiz nos dois romances, é o treino da linguagem sobre o que se lança como imparcial – Fiona ir ao hospital foi uma ruptura ao modelo hegemônico de homens com togas e perucas, protegidos atrás de uma cadeira, no alto de um tablado. Kristóf ter recebido a visita do amigo fora de seus planos é um exemplo da imparcialidade. Não importa que, no final, os dramas sejam semelhantes, ou que mesmo o de Fiona seja a personagem mais transparente.

Não quero aqui parecer que faço um binarismo ingênuo de homens com a parcialidade criada e mulheres com a sensibilidade vivida. De forma alguma. Homens e mulheres, juízes e juízas, todos nós vivemos as regras do jogo à luz de nossos afetos. Domesticamos os nossos afetos – seja para lançá-los na hora certa (na forma de um desconcerto genuíno ou de um poema ensaiado), seja para escondê-los do escrutínio público. Mas somos nossos afetos domesticados por várias camadas de poder sobre quem somos: nossas cores, formas, sotaques, idades, ou o que mais quiserem para descrever os corpos, demarcam nossas maneiras de escutar as dores do mundo. E, culturalmente, a nós mulheres, foi autorizado o treino e o uso do afeto. Repito: não nascemos sensíveis, é parte de nossa domesticação no gênero. Fiona foi uma juíza que provou ser capaz de reproduzir as formas da lei, e de a partir dela criar suas maneiras de fazer. Mas não só na ficção as juízas podem alterar as formas de fazer direito.

Juízes não foram estimulados a ouvir as vítimas em seu próprio texto e jeito. Quando as vítimas alcançam os bancos de um tribunal, ali elas são interrogadas – as perguntas determinam suas narrativas, ou suas vozes foram já filtradas por outros agentes do poder, como a polícia. De uma maneira sem precedentes, a juíza Rosemarie Aquillina, no estado de Michigan, nos EUA, provocou o sentido da voz da vítima no julgamento do terrível caso de violência sexual em série do treinador de ginástica olímpica nos Estados Unidos há poucos meses. Aquillina permitiu romaria das vítimas no julgamento: uma a uma, as jovens mulheres contavam sua história, lembravam seus segredos de violência, fazendo do tribunal um espaço de catarse para a dor contida.

O gesto de Aquillina reacendeu o debate sobre o lugar da vítima nos tribunais, sobre a imparcialidade do direito penal, temas caros à dogmática jurídica. Tão importante quanto é lembrar que Aquillina é uma juíza

mulher – foi ela, no seu tempo histórico, a rebelde responsável pelo gesto de anunciar em sala de julgamento “O que você gostaria que eu soubesse?”. Diante dela estava McKeyla Thrush, uma das vítimas e principais porta-vozes das companheiras que assim iniciou: “Eu me mantive em silêncio por tanto tempo que estou honrada de apenas poder falar”. Após longos depoimentos, a incansável juíza Aquillina, como em um suspiro de irmandade disse (o que traduzo de maneira torta pois há beleza no original): “Senhora, você e suas irmãs sobreviventes são gigantes. A mágica está no poder de sua voz. Obrigada por nos contar e por romper o silêncio. Muito obrigada”. Assim como Fiona, Aquillina saiu de seu conforto de escutar sem agradecer, de julgar sem se lançar no cenário afetivo das relações, de julgar sem corporificar o sujeito do processo. Ao contrário, subverteu as relações de poder e decisão, de uma maneira que seria considerada suspeita ao modelo distante do julgador: “Servi ao Exército por 20 anos. O exército de mulheres que se postou diante de mim neste julgamento, eu estaria orgulhosa de lutar em qualquer batalha tendo vocês como minhas líderes”, disse ela.

Aquillina fez questão de explicar aos repórteres que não é uma juíza diferente ou especial. Não é heroína. O que fez foi seguir seu trabalho de julgar, de conhecer para julgar, escutar para só daí falar. Antes de falar, repito: escutou. Aquillina não fez como o magistrado do romance “À espera dos bárbaros”, de John Coetzee, que preferiu não ouvir os gritos das vítimas torturadas pela polícia, descritas como bárbaros pelo perverso regime de apartheid da África do Sul. O personagem é anônimo, só magistrado, um tipo que, subitamente, se viu perturbado pelo que passou a conhecer. Depois da tranquilidade de décadas em uma comarca esquecida, uma noite saiu para investigar os gritos das vítimas do coronel investigador – “de alguma forma, eu sei demais; e desse conhecimento, depois que se foi contaminado, parece não haver recuperação. Eu nunca deveria ter pegado a lanterna para ver o que estava acontecendo na cabana ao lado do celeiro. Por outro lado, para mim não havia como, depois de ter pegado a lanterna, deixá-la de lado outra vez. O nó se fecha sobre si mesmo: não consigo encontrar a porta”.

O nó do magistrado anônimo talvez seja isso que aqui descrevo como afeto às dores do mundo. Como Zaratustra de Nietzsche que perambulava com uma lanterna ao meio-dia, o magistrado que pôs a mão na lanterna não retorna para a escuridão anterior. Não é um ato de clarividência solitária o que nos faz escolher a lanterna à escuridão, tampouco, nos modos em que acredito a justiça, um ato de iluminação divina. É curiosidade, imaginação, esforço, e muita, mas muita escuta como fez a juíza Aquillina. Alguns preferem lugar de fala à lugar de escuta – o primeiro nos provocaria sobre as autoridades que anunciamos por quem somos na nossa rica, porém também injusta diferença. Há um lugar de conhecimento do mundo que mulheres negras possuem e que desconheço, ou mesmo de mulheres indígenas ou deficientes. Mas se não posso alcançar essa perspectiva para o real, posso ouvi-las sobre esse conhecimento que não vivencio. É possível aprender com elas.

É aqui que está o encantamento com mulheres na magistratura. Há algo na forma de perceber as dores do mundo, de aplicar as leis e as regras, isto é, de determinar o justo – aquele momento simbólico do martelo na mesa – que serão as formas de mulheres provocarem a justiça. Há muito se discute o “lugar de falar”, uma expressão para provocar os regimes de poder e saber que determinam destinos e sentenças. Um juiz é alguém com “lugar de fala” muito especial neste mundo e nossa tradição masculina para o poder fez com que os modos de fala do judiciário fossem masculinos. Por isso, não raro encontraremos mulheres reproduzindo os modos de fazer e comportar-se dos homens – é a linguagem hegemônica, a que oferece o conforto do reconhecimento como um igual. Há uma resignação histórica nesse mitemismo do poder, por isso a emergência de mulheres com outras formas de fazer é que provocará rebuliço na ordem estabelecida. Infelizmente, ser mulher não é suficiente para provocar os regimes patriarciais de poder, assim como ser um homem não é suficiente para reproduzi-los.

A história é feita de transformações. Falei hoje de mulheres, mas não serão apenas as juízas as autoras das mudanças para novas formas de sensibilidade no ofício de julgar. Isso que descrevi como lugar de fala, ou autoridade fenomênica por quem somos, mulher negra, mulher nordestina, mulher trans, não significa silenciar outras formas de vivência do corpo. Há diferenças entre quem pode falar, quem deve ouvir, que pode julgar ou agir: talvez, existam temas que nossos privilégios nos convidem a uma escuta respeitosa, o

que não significa, no entanto, que nos eximimos de agir ou, no caso de juízes e juízas, de julgar. Por isso, toda e qualquer mudança necessita que os protegidos pelos privilégios saquem a lanterna e saiam da escuridão. Aos juízes é também devido essa responsabilidade da escuta para o julgamento.

O gesto de Aquillina poderia ter sido de um juiz, não tenho dúvidas disso: até mesmo porque até a chegada das mulheres ao posto de juíza, desembargadora ou presidente do mais importante tribunal, foi preciso que homens juntassem suas vozes à compreensão de que a equidade de gênero é necessária à democracia. Não há justo sem juízes e juízas interpretando o direito de um jeito diferente do juiz pai de Graciliano Ramos. "Um cinturão" é título de sua memória da infância em que conta como pela primeira vez conheceu a justiça – pela fúria do pai, que viria ser juiz em um tempo que judiciário era política sertaneja. "As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu", diz ele, "batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural". Graciliano foi réu inocente, mas seu choramingo infantil não tinha vez como direito. É verdade que há ainda gente neste país que mais conhece o lado do cinturão da justiça, e ainda espera que a coragem pelo justo prevaleça. Espero, nesta noite, que as juízas encontrem a lanterna da história que permita, cada vez mais, que a justiça não se confunda com o cinturão de Graciliano Ramos.

Debora Diniz é professora na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora visitante do Center for Latin American and Caribbean Studies na Brown University (LACSBrownU)

SUMÁRIO

(ordem disposta baseada na divulgação do Projeto)

Neuza Maria Alves da Silva | Página **14**
Desembargadora Federal aposentada

Lívia Cristina Marques Peres | Página **26**
Juiza Federal

Adriana Cruz | Página **36**
Juíza Federal

Valéria Caldi | Página **42**
Juiza Federal

Tania Heine | Página **48**
Desembargadora Federal aposentada

Claudia Maria Dadico | Página **56**
Juíza Federal

Claudia Cristofani | Página **66**
Desembargadora Federal

Therezinha Cazerta | Página **74**
Desembargadora Federal

Leila Paiva Morrison | Página **82**
Juiza Federal

Leda de Oliveira Pinho | Página **90**
Juíza Federal aposentada

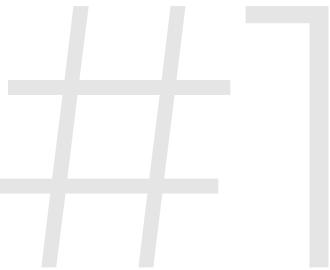
Sylvia Steiner | Página **98**
Desembargadora Federal aposentada

Cíntia Menezes Brunetta | Página **104**
Juiza Federal

Galeria de Fotos | Página **110**

CONHECENDO AS JUIZAS FEDERAIS

ENTREVISTAS



Neuza Maria Alves da Silva

Desembargadora Federal aposentada

Neuza Alves foi a primeira entrevistada do projeto. Ela foi juíza na 5ª Vara Federal de Salvador, local no qual permaneceu até 2004, quando foi promovida pelo critério de merecimento ao cargo de Desembargadora Federal e passou a integrar os quadros do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), sediado em Brasília. A magistrada aposentou-se no ano de 2017, contando com **30 anos de serviço dedicados à magistratura**.

Ela graduou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia em 1974, sendo Especialista em Direito Processual (Civil e Penal) e em Direitos Humanos. **Fez história ao se tornar a primeira Desembargadora Federal negra a compor os quadros do TRF1**. Corte na qual teve atuações relevantes processuais e administrativas, sendo inclusive a Coordenadora dos Juizados Especiais (COJEF).

Recentemente, a Desembargadora foi homenageada com a aposição de seu retrato e com a exposição permanente da toga de gala usada por ela, no Memorial Desembargador Federal Mauro Leite Soares do TRF1.

Ela enaltece, na sua trajetória, o compromisso com a **fundamentação das decisões** e a **linguagem clara**, pois “exercer o cargo de juíza federal significou um desafio diário e constante! Dia após dia, ano após ano, com a responsabilidade acrescida de fazer o melhor que eu pudesse para contribuir, desse modo, não só para a formação

de jurisprudência, como para a distribuição, com equidade, da Justiça que cada um veio buscar quando se dirigiu à Justiça Federal, seja na 1ª ou 2ª instâncias. Ao tempo em que algumas pessoas possam considerar que exista uma divinização da figura do magistrado, eu enxergo ainda o lado da cobrança, da exigência de você ser bom naquilo que faz, você ser estudioso, ser criterioso, ser justo acima de tudo. E o modo que eu encontrei para tornar mais fácil a tarefa de realizar tudo isso foi utilizando, nas minhas fundamentações, uma linguagem que qualquer pessoa entendesse o que eu queria dizer”.

A sua mensagem, dentre tantas, é a de que “*a carreira da magistratura é sublime, única*” e que “*faria tudo de novo*”. “*Entretanto queria trazer um ponto para reflexão que vai servir também como minha palavra de estímulo, incentivo e conselho às magistradas, tanto as que iniciaram na carreira há algum tempo, as que estão iniciando agora e as que pensam em começar. A magistratura exige uma dedicação quase exclusiva, mas é preciso dividir tudo na devida proporção. Sanear as áreas em conflito para que cada um dos papéis da magistrada seja exercido com maestria, é a grande tarefa que a vida nos impõe! E isso não se faz de uma hora para outra, isso se aprende com o tempo*”.

Neuza Maria Alves da Silva bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia em 1974. Especializou-se em Direito Processual (Civil e Penal) e em Direitos Humanos.



Onde começou e exerceu sua jurisdição?

Meu início na magistratura se deu em 29 de novembro de 1987, quando tomei posse no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, no TRT da 5^a Região, na Bahia. Fiquei lá 10 meses e como fiz o concurso de Juiz Federal no mesmo período, fiquei aguardando homologação e julgamento dos recursos. A Justiça Federal chamou um primeiro bloco de colegas em fevereiro de 1988 e eu, compondo um segundo bloco, tomei posse em 29 de agosto daquele ano. Naquela ocasião não existia a figura do Juiz Federal Substituto. Era uma fase anterior à entrada em vigor da Constituição de 1988 e nós, os aprovados, por óbvio, havíamos feito concurso para juiz titular. O ingresso na carreira era assim. Quando me convocaram eu já era Juíza Substituta da Justiça do Trabalho e ainda fiquei em dúvida sobre assumir ou não o novo cargo, em face de que eu tinha três filhos pequenos e tinha minha mãe num estado bastante precário de saúde. Apesar de ser assim, fui pra Brasília no dia marcado para a posse e conversei com o então presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), tendo em vista que aquele era o quinto concurso patrocinado pelo TFR. O presidente era Gueiros Leite. Ele me atendeu e me passou para conversar com o vice-presidente, Washington Bolívar de Brito, que me convenceu da seguinte situação: "Olha, a gente tem condições de respeitar sua situação familiar somente até dezembro. Então, você pode tomar posse e ficar em função de auxílio em algumas das Varas em Salvador, e em janeiro, já preparada, vai para Rondônia, uma vez que a 2^a Vara de Rondônia é a que está disponível".

Então, eu comecei a trabalhar logo em agosto, e em setembro o TFR percebeu o enorme problema que estava para acontecer, tendo em vista que os outros juízes concursados que aguardavam convocação para posse sentir-se-iam prejudicados se esta viesse a ser designada para data posterior ao dia 5 de outubro. O problema estaria criado porque eles não fizeram concurso para Juiz Federal Substituto. Por esta razão o TFR deliberou por abrir as vagas já existentes em decorrência das Varas ainda não instaladas, nelas empossando os concursados, aguardando definição de sua localização para momento a partir do qual as Varas criadas por lei fossem sendo instaladas. Eu já havia tomado posse, e me habilitei a ficar como titular de uma Vara de Salvador. Desse modo vim a ser a primeira juíza federal titular da 8^a Vara da Bahia.

Em março de 1989, em razão da previsão constitucional, foram instalados os Tribunais Regionais Federais (TRFs) e os juízes mais antigos que se habilitaram e alcançaram promoção foram sendo convocados para compor os cinco regionais. Na Bahia, três juízes foram promovidos. Com isso, três Varas ficaram disponíveis em Salvador.

Como a 8^a Vara ainda não tinha sido instalada, eu migrei para a 5^a Vara Federal, onde fiquei até 2004, quando vim a ser promovida ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Esse foi meu início na Magistratura Federal.

Comecei aos 37 anos, em agosto de 1988, como disse, com três filhos menores à época. A Justiça Federal da Bahia só contava com uma mulher no cargo de juíza, Eliana Calmon. Diferentemente, a Justiça do Trabalho tinha várias mulheres em seus quadros, neles já despontando diversos nomes de juízas, titulares e substitutas, muito prestigiadas. Fui também Juíza do Tribunal Eleitoral na Bahia, de 1992 a 1994, primeiras eleições-gerais enfrentadas por aquela Justiça Especializada. Na Bahia, fui Juíza Diretora do Foro titular e algumas vezes substitui, na função, diversos colegas. Fui eleita delegada da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) na Bahia. Fui Vice-Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, um órgão oficial vinculado à Secretaria da Justiça do Estado da Bahia, que já existia formalmente há 18 anos, criado por lei, mas não saía do papel. Naquela oportunidade fui convocada pela sociedade para compor esse

Conselho, talvez porque eu já começava a representar uma liderança dentro da magistratura na minha cidade – Salvador. Todos sabiam que eu era uma mulher de origem humilde, sem sobrenome importante como costumava dizer naquela época, na medida em que não ostentava descendência de europeus. A Justiça Federal de então era muito elitzada, tendo em vista a formalidade com a qual eram tratados seus membros, a postura circunspecta de seus juízes e servidores, a solenidade com a qual os seus atos eram praticados, etc. Ainda hoje muitos desses aspectos permanecem e eu credito também a esses detalhes a respeitabilidade da qual goza a Justiça Federal na Bahia.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

Em relação às minhas atuações mais relevantes, eu fico com um pouco de dificuldade em pontuar. Foram tantas as oportunidades que tive de dar decisões importantes, de sair na frente de algumas interpretações legais com caráter humanista!!! Mas deixe-me falar sobre um caso específico. Logo que comecei na Justiça, o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não havia decidido a respeito da representação judicial das associações e sindicatos; não havia se posicionado sobre a necessidade ou desnecessidade de que cada associado ou sindicalizado, para ser representado, precisasse outorgar procuração. Essa discussão se arrastou por um longo tempo e as decisões eram todas muito tímidas. A qualquer momento o STF poderia dar a interpretação definitiva e, por consequência, ocorrer que um grande contingente de decisões viesse a ser reformado. Na época, muitos processos foram tendo suas definições deixadas para depois, aguardando a última palavra do STF. Havendo um desses casos na 5^a Vara de Salvador, eu dei uma decisão inovadora na direção da desnecessidade de que o sindicato apresentasse procuração de cada um de seus componentes para viabilizar sua representação perante a Justiça. Eu disse, na decisão, que a previsão constitucional era bastante por si só, a respeito dessa previsão legal, como regra. E assim era porque ainda que não houvesse regulamentação específica em torno da matéria, certo era que nenhum decreto, nenhuma portaria, nenhum ato menor poderia dispor em sentido contrário ou de forma que viesse a dificultar o exercício do direito garantido constitucionalmente. Eu disse que efetivamente não era necessário apresentar a procuração, que a autorização dada em assembleia era suficiente, e que o sindicato representava a categoria por inteiro. Não apenas aqueles que tivessem comparecido ao ato solene. Essa foi uma decisão corajosa, que ocasionou comentários elogiosos à época, vindo a ser o entendimento vitorioso no STF, ao depois.

Nos dois anos em que coordenei os Juizados Especiais Federais (JEFs) da 1^a Região, minha equipe teve um sucesso muito destacado. Estávamos comemorando dez anos de JEFs e fizemos muita coisa não só em prol de uma celebração, mas uma prova de crescimento, consolidação de ideias, realização de tarefas, retomada de ações que estavam sem estímulos, entre dezenas de outras atitudes que vieram a fazer a diferença. Colocamos para funcionar novamente boas práticas já testadas, que no entanto, tinham perdido vigor.

Na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (COJEF) da 1^a Região existem disponíveis muitos relatórios, muitos elogios, muitas fotografias comemorativas, muitas respostas a consultas, passos dados sobre a implantação de juizados novos, muita coisa boa que até atualmente é seguida pelos diversos colegas condutores dessa nova justiça, mais perto do povo, do jurisdicionado de menor poder aquisitivo, mas com direitos impostergáveis, melhor garantidos pelo árduo trabalho desse contingente de valorosos colegas juízes.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

Posso afiançar sem medo de errar que meu jeito de ser confiante, alegre, disposto e disponível para o trabalho fez com que eu ganhasse de imediato inúmeras adesões, ou seja, muita gente sempre gostou de mim, reconhecia meu valor e me respeitava demais, fatos esses que de certo modo facilitaram o exercício de meu trabalho. Sempre tive muita sorte nesse aspecto, nunca sofri desrespeito, vergonhas públicas, desmerecimento que eu pudesse registrar. Mas quando acontecia alguma coisa nessa seara que merecesse pronta resposta ou uma atuação mais enérgica, eu estava pronta, preparada para agir com firmeza. Sempre procurei não acusar o golpe, passar com muita classe sobre as dissensões, com tamanha categoria que nem sei onde foi que aprendi tudo aquilo, já que era uma pessoa de níveis econômico, social e financeiro que deixavam a desejar, tendo estudado a vida inteira em colégios públicos!!!

Falar de dificuldade que eu tenha enfrentado, eu acho um pouco difícil. A gente se debate entre dificuldades de todo lado.

sejam de espaço, pequeno número de juízes e de servidores, excessivo número de processos, dificuldades em geral para o alcance das metas funcionais e de nossos próprios objetivos. Eu tinha família em Salvador e fiquei por 14 anos em Brasília. Tendo três filhos, ainda bem (ou ainda mal?) que não era mais casada, senão teria que ter deixado marido e ficar na ponte aérea para outro estado. Tive essa dificuldade principal de afastamento da minha família e outras absolutamente normais como todo e qualquer juiz enfrenta. Na 1ª Região, especificamente, a dificuldade maior era com o grande número de processos. Uma coisa avassaladora! Eu pertenci à 1ª Seção durante anos e tinha no acervo a matéria mais numerosa da 1ª Região, tanto previdenciário, quanto administrativo referente a servidor público civil e militar. Eu creio que quando se pergunta sobre as dificuldades que eu enfrentei, pessoalmente, a referência visa também indagar sobre o fato de eu ser mulher, negra, de origem humilde, nordestina... Tenho, com relação a isso, não sei quantos relatos a fazer!!! Mas alguns são tão sofridos, mas tão sofridos, que eu não me sinto à vontade para relembrar e repassar. **Principalmente porque estou em processo de exercitar o perdão.** Penso que se eu não perdoar as mágoas das quais fui vítima, não poderei alcançar o perdão pelas mágoas que causei.

Existem algumas situações das quais posso falar, ainda na 1ª instância. Mesmo trabalhando em Salvador, a capital do Estado de maior população negra do País, enfrentei, em mais de uma oportunidade, advogados, ou mesmo partes nos processos - porque às vezes eu atendia partes que vinham de lugares distantes, e meu gabinete estava autorizado a facilitar esse diálogo - que adentravam ao meu gabinete, trazidos pelo atendente, e diziam: "Não! Eu quero falar é com o juiz". Daí o atendente respondia "Mas é ela, a juíza da causa é ela, a doutora Neuza". A pessoa respondia "É ela? Eu não sabia que era mulher". **Na verdade, estavam estranhando o fato de eu ser mulher e negra.** Isso aconteceu mais de uma vez e num primeiro momento chocou, mas depois eu passei a tirar "de letra".

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

Eu fui para a Comissão de Concurso de Juiz Federal no meu Tribunal unicamente quando fui **presidir** essa Comissão, por ser uma prerrogativa regimental, já que empossada Vice-Presidente. Não fosse isso, eu não teria sido lembrada. Por que será? Será que é porque eu era mulher? Talvez! Não sei dizer se alguma comissão de concurso anterior indicada pelo Tribunal teve alguma mulher, independentemente do fato de ocupar cargo na Mesa Diretora.... Também temos tão poucas mulheres compondo como titular o

Tribunal da 1ª Região... E sempre foi assim; creio até que nunca houve mais de cinco mulheres compondo o quadro de desembargadores como titulares, ao mesmo tempo! Então, eu não era lembrada para as comissões tidas como importantes. Eu não posso atribuir isso, peremptoriamente ao fato de ser mulher, ou ao fato de ser mulher negra. Mas certo é que tendo ingressado no Tribunal em 17 de dezembro de 2004, até quando eu me despedi, por aposentadoria, eu fui convidada apenas para compor uma comissão que ninguém queria, no Acervo Documental que todo mundo chamava de "Comissão de Descarte" sem atribuir relevância ao trabalho.

Com paciência, consegui convencer a todos de que não era uma "Comissão de Descarte", mas tratava-se, isto sim, de gerir nossos processos findos, atender determinações legais quanto à destinação dos que já haviam cumprido sua utilidade, dar uma destinação digna, útil, inclusive para doação a grupos organizados de reciclagem. O processo passou a ser tratado para poder compor arquivos, ficando somente o que era obrigatório ou de valor histórico.

Apenas quando eleita Vice-Presidente, e por prerrogativa expressamente estabelecida no regimento interno, eu participei da Comissão do último concurso público para o cargo de Juiz Federal Substituto, na condição de presidente. Não posso garantir, mas me arrisco a apontar isso como uma das dificuldades enfrentadas pelo fato de ser mulher.

Por outro lado, na hora de me posicionar dentro dos debates, se eu não insistisse muito, se não falasse mais alto, se não reclamasse do fato de que não estavam me deixando expressar meu entendimento, não teria sido feliz, como fui... Por diversas vezes fui interrompida e eu tinha que chamar o presidente da Sessão "às falas", reivindicar cumprimento de regras do regimento, sob pena de, não agindo assim, não conseguir me impor. Isso funcionou durante algum tempo como um freio para minhas manifestações, um impedimento, um receio de acontecer alguma coisa que viesse a me maltratar.

Entretanto, com o passar do tempo, criei algumas estratégias que foram muito importantes. Aprendi, por exemplo, muitos sinais taquigráficos. Anotava algumas coisas das falas dos outros colegas, com as quais eu fosse discordar ou concordar, registrava tudo, e quando tinha oportunidade de me expressar - fosse na hora do voto ou no debate - eu fazia isso com muita propriedade porque tinha ali, na minha mão, a exata expressão do que havia sido dito, o ponto que para mim era relevante, a premissa sobre a qual eu me debruçaria para defender o entendimento, qualquer que fosse a direção. Priorizava os termos em que faria progredir o meu voto. E isso deu uma substância muito grande aos meus pronunciamentos, fez com que conquistasse mais respeito, senão de todos, pelo menos da grande maioria.

As pessoas passaram a parar para ouvir o que eu dizia e muitas vezes eu conseguia até transformar em convergentes, votos que antes eram divergentes. Desse modo, consegui ajudar muito não só em Turma, como em Sessão e em Corte Especial Administrativa ou Judicial.

O que é, a partir da experiência da senhora, ser juíza federal?

Ser juíza federal e depois ter vindo a me tornar desembargadora federal no Tribunal Regional Federal da 1ª Região é uma experiência dignificante, uma profissão que me completa, que me deu condições de prover as minhas necessidades e ajudar minha família, sempre com renda única proveniente do meu salário como magistrada. Sempre consegui fazer valer minha autoridade sem ser prepotente, convencer

com argumentos palatáveis. Considero uma experiência fantástica! Indescritível!

Minha experiência como juiza federal não dá para ser esquadinhada em um espaço pequeno. Para mim, exercer o cargo de juiz federal significou um desafio diário e constante! Dia após dia, ano após ano, com a responsabilidade acrescida de fazer o melhor que eu pudesse para contribuir, desse modo, não só para a formação de jurisprudência, como para a distribuição, com equidade, da Justiça que cada um veio buscar quando se dirigiu à Justiça Federal, seja na 1^a ou 2^a instâncias.

Ao tempo em que algumas pessoas possam considerar que exista uma divinização da figura do magistrado, eu enxergo ainda o lado da cobrança, da exigência de você ser bom naquilo que faz, você ser estudioso, ser criterioso, ser justo acima de tudo. E o modo que eu encontrei para tornar mais fácil a tarefa de realizar tudo isso foi utilizando, nas minhas fundamentações, uma linguagem que qualquer pessoa entendesse o que eu queria dizer. Nada de linguagem rebuscada, nada de palavreado, citações de estudiosos de outras línguas, elucubrações... Eu sempre tive uma linguagem muito clara. Eu treinei isso! Eu sei que sou fruto dos ensinamentos e vivo sob a influência dos diversos estudiosos do Direito, julgadores, pensadores, doutrinadores, a respeito dos princípios gerais do Direito, as premissas, as prerrogativas, "issos" e "aquelos", mas eu disse a mim mesma: "o jurisdicionado, quando bate à porta da Justiça com uma demanda, ele quer a solução. Quando eu tiver que fazer trabalhos rebuscados eu vou escrever um artigo, vou escrever um livro, vou publicar matérias, eu vou fazer alguma coisa no campo acadêmico, porque sentença, acórdão, decisão judicial lato sensu ou stricto sensu, se faz é no bom e claro português, que qualquer pessoa entenda o que foi concedido, o que foi negado e o que é que deve ser feito dali em diante; nada de ficar andando em círculos. É premissa maior contra premissa menor, bater uma contra outra, analisar provas, fazer a síntese e ir em frente; fazer com que nosso trabalho seja entendido e respeitado".

Para questões iguais, decisões iguais. É claro que isso dentro das possibilidades, porque segundo entendo existem teses iguais, situações semelhantes, mas uma causa exatamente igual à outra, ainda mais nessa área Previdenciária e do Direito do Servidor Público, Civil e Militar é muito difícil de encontrar. As variáveis são muitas: se é homem, se é mulher, qual a idade que tem, o período que foi trabalhado, entrou em que ano, se naquela ocasião era casado ou era solteiro... Uma série de coisas que tem que ser levadas em conta na hora de dar uma decisão que envolva esses detalhes. Por isso que eu digo que não tem um processo exatamente igual ao outro. Dentro do possível, temos de firmar entendimentos e só mudar quando efetivamente nos convencermos de que aquelas realidades são muito distintas, ou se o STF ou o Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmarem um entendimento contrário à tese que eu, enquanto julgadora, admitia. Sendo assim eu diria "Apesar de entender de forma diferente, curvo-me ao entendimento majoritário do STF... ou do STJ...". Na medida em que eu fundamentasse bem a minha decisão e dissesse onde busquei esses fundamentos, minha tarefa estaria satisfatoriamente cumprida.

Como é administrar uma seção ou subseção judiciária?

No período em que eu fui chamada para administrar na Justiça Federal, ainda na 1^a instância - administrei a Seção Judiciária da Bahia -, era um momento que a Justiça Federal estava crescendo, muita coisa dependente do comando de Brasília, quase tudo tinha que ser perguntado, quase tudo tinha que aguardar autorização para ser feito. Mas a gente tem que entrar no sistema. Se você não pode sozinho pensar e fazer, por conta da necessidade de aguardar outros comandos, tem que ser assim, e tem que ter criatividade para fazer da melhor forma a série de tarefas sob sua responsabilidade: administrar interesses de juízes e

“A carreira da magistratura é sublime, única, e eu faria tudo de novo. Entretanto queria trazer um ponto para reflexão que vai servir também como minha palavra de estímulo, incentivo e conselho às magistradas, tanto as que iniciaram na carreira há algum tempo, as que estão iniciando agora e as que pensam em começar. A magistratura exige uma dedicação quase exclusiva, mas é preciso dividir tudo na devida proporção.

Neuza Alves

de servidores, prestadores de serviço, estagiários, todas as questões atinentes ao Tribunal e, ao mesmo tempo, as demandas sociais e ainda atender a imprensa, seja a mídia escrita ou a televisionada... Não é fácil, entretanto é possível com a ajuda e a compreensão principalmente dos colegas. Tive muito trabalho, mas bastante êxito, e é muito bom olhar e ver que você fez, realizou, quantas equipes uniu, o quanto ajudou a sua Seção ou Subseção Judiciária a dar um passo à frente. Problemas existem, mas todos solucionáveis.

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

Não exerce o magistério, pois a magistratura me dominou do princípio ao fim e a função de ensinar formalmente ficou contida, postergada. Não pude exercer essa tarefa porque além de tudo eu me cobrava demais, sabia que não podia errar, entendia que todos os olhos estavam em cima de mim, principalmente por ser mulher, por ser negra, por ser nordestina, por ter simplicidade no olhar, no andar, no vestir, no conversar! Eu me protegia, talvez até exageradamente, procurando trabalhar, trabalhar, trabalhar, levar trabalho pra casa, reunir com as equipes e motivá-las, verificando de que modo poderíamos solucionar problemas que o Tribunal não poderia ajudar - ou por falta de condições ou porque achava que teria que fazer a mesma coisa pra todo mundo e não teria condições de atender nossos pleitos, isoladamente.

Então, com relação a conciliar atividades profissionais e familiares, eu não tive muitos problemas. Minha família sempre foi muito compreensiva em relação às minhas ausências. Sempre me estimulou, sempre me apoiou, mesmo à distância. Eu morava em Brasília sozinha. No início, meus filhos me acompanharam, principalmente a filha mais velha, que ficou três anos comigo, mas não se deu bem. E vejam só: essa minha filha não era da área; ela fez o curso de Análise de Sistemas. A minha filha do meio, que fez Direito, me deu uma lição de vida maravilhosa, e disse que eu teria sido sua professora na matéria... Ela disse "Minha mãe, eu não vou pra Brasília. Eu sou advogada, e a senhora é desembargadora. Eu posso até me dar muito bem lá. Muitos escritórios vão disputar a minha presença, vão me dar trabalho, e eu posso até ganhar muito dinheiro, talvez ganhar melhor do que você, mas lá eu serei **a filha da Doutora Neuza**. Em Salvador, mesmo que seja em um escritório que tenha apenas uma porta, sem janela, que eu tenha de ser também a atendente do telefone, mesmo que seja assim, eu serei Aldine Alves, a advogada **Aldine Alves**. Não serei "somente" a filha da Doutora Neuza. Não que eu queira esnobar o nome da senhora, mas tenho de me firmar pelos meus próprios pés, tenho de dizer a que vim. Não vou ficar me escudando no seu bom nome, na sua boa fama. A senhora não pode me ajudar nesse ponto. Permaneça em Brasília, seja feliz, eu vou voltar pra Salvador e vou tentar minha vida lá".

Sempre conciliei muito bem essas questões. É claro que batia saudades, que às vezes quando eu ia para Salvador, eu demorava a entender que tinha que voltar. Às vezes eu não queria. Não poder viver muitas coisas que acontecerem dentro da minha família foi duro; eu não vi batizados, não vi crismas, não vi algumas formaturas de parentes, de amigos, não acompanhei os primeiros namoros de minhas filhas. Quando eu fui pra Brasília, eu já estava separada havia cinco anos e isso foi muito difícil! Mas pude, ao fim, me considerar vencedora nessa parte, por que ninguém ficou magoado, pelo menos não temos registro disso. Eu sei que é difícil, foi difícil, mas ao final consegui conciliar porque, embora não exercesse função acadêmica, eu era magistrada, mãe, amiga, filha, irmã, parente, tia, sobrinha, prima, namorada, e consegui deixar todas essas funções em sintonia.

Qual a mensagem que a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

A única coisa que eu posso dizer não é válida somente para quem é ou sonha em ser magistrada, mas para quem tenha sonhos. Ninguém pode tirar o sonho da gente! Dentro de um panorama realista, é possível sonhar e transformar esse sonho em realidade. Difícil sim, muito difícil, e não está só na dependência de qual é o sonho e sim de como você está naquele momento, quais são as condições que você tem para fazer aquilo se tornar realidade. Trazendo agora mais especificamente para a magistratura, eu entendo que ser magistrada é uma experiência tão sublime, tão enriquecedora que as pessoas depois que entram na carreira fazem, nos primeiros anos, um **treinamento** que não é só técnico, é antes de tudo **emocional**. O magistrado, de modo geral, tem que entender que a sua missão é quase sagrada, mas para que a exerça por inteiro e venha a alcançar os objetivos da magistratura, tem que ter uma postura de leveza. Principalmente ela, a magistrada, tem que entender que não é uma cara feia nem um murro na mesa que vão resolver questões como preconceito, como falta de respeito, ou tentativas de diminuir, no caso, uma magistrada ou a magistratura.

Nem todo mundo tem condições de fazer como eu fiz, mas acho que não é impossível entender a postura do outro e absolutamente, sem baixar a cabeça a possíveis tentativas de domínio, de diminuição de quem nós somos, reagir positivamente. Eu me coloquei a vida toda num ponto superior a essas coisas menores, essas coisas que tenho como pequenas. Exercitei uma espécie de piedade sobre esses comportamentos, nunca aceitei nenhum, mas também nunca fiz alarde, sempre tive uma postura muito decidida, mas acima de tudo pacífica. É difícil explicar, é muito difícil explicar e a minha opção, fatalmente, não é a mesma da maioria. Sendo de origem humilde, passei pela escola da vida muito cedo. Não convivi com meu pai, meus irmãos homens saíram de casa muito cedo, a figura masculina na minha vida não teve um lugar de destaque. Então, durante muito tempo eu tive que dominar os meus ímpetos de autoritarismo. Não foi fácil, mas consegui. A primeira coisa que você tem que fazer quando quer alcançar um objetivo é dominar a si próprio, dominar suas reações, entender os seus limites e, com certeza, o limite do outro que está interagindo com você. Conseguir fazer muitas amizades, conquistar o respeito de diversas classes, diversas categorias, dos jurisdicionados, dos procuradores, advogados públicos e advogados privados, dos meus colegas, dos meus superiores hierárquicos, desembargadores mais antigos, ministros, dirigentes. É que eu sempre respeitei muito a individualidade dos outros e não deixava espaço para que ninguém tentasse "fazer a minha cabeça", dirigir meus passos, escolher os meus caminhos!!! Sempre tive um comportamento altivo, mas ao mesmo tempo cordial. Essa foi a minha grande arma para vencer uma gama enorme de obstáculos, preconceitos e pré-julgamentos.

Este é um espaço livre para deixar uma mensagem ou falar sobre algo que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores.

Eu considero a carreira da magistratura sublime, única, e eu faria tudo de novo. Entretanto queria trazer um ponto para reflexão que vai servir também como minha palavra de estímulo, incentivo e conselho às magistradas, tanto as que iniciaram na carreira há algum tempo, as que estão iniciando agora e as que pensam em começar.

A magistratura exige uma dedicação quase exclusiva, mas é preciso dividir tudo na devida proporção.

Sanear as áreas em conflito para que cada um dos papéis da magistrada seja exercido com maestria, é a grande tarefa que a vida nos impõe! E isso não se faz de uma hora para outra, isso se aprende com o tempo... Eu não atentei muito para os cuidados pessoais, não fiz atividades físicas, não cuidei muito do meu lado amoroso. Quando completei 10 anos de magistratura, meu casamento ruiu e eu nunca mais refiz por inteiro minha vida afetiva. Para mim, é um dos meus pontos negativos porque foquei demais na profissão, cuidei da família e esqueci de mim. Entrei numa vida sedentária e nunca mais saí. Adquiri hérnias de disco que lesionaram a minha medula, porque elas crescem depositando calcificação para dentro do canal medular. Senti dores terríveis e quando fui procurar cuidar já era caso cirúrgico. Por isso, fiz três cirurgias e perdi o equilíbrio físico. Então, posso dizer que é meu sonho ver mulheres na carreira da magistratura que saibam, com uma definição bastante segura, o tamanho da sua responsabilidade, mas ao mesmo tempo se permitam ter prazer e aproveitar o que de bom a vida possa lhes oferecer. Mulheres que se sintam valorizadas, mas ao mesmo tempo, verificando que no universo, nós, seres humanos, somos pequeninos e não devemos admitir atitudes que humilhem os menos favorecidos, comportem-se de acordo com esse entendimento. Reflitam sobre ser, nossa escolha pela Justiça, influência para a vida por inteiro. Que reconheçam, no trato com servidores, estagiários, terceirizados, partes e seus advogados, oportunidade de demonstrar lhaneza e elegância. Penso eu que nós magistrados não somos nada sem o apoio de todo esse staff que vem, ao longo do tempo, emprestando a sua força de trabalho ao exercício da nossa profissão. Já imaginaram se um juiz tivesse que, ao mesmo tempo, conduzir uma audiência, digitar os depoimentos, procurar processos em salas de audiência, fazer relatórios, atender aos telefonemas? A gente não é nada sem a ajuda dos servidores do Judiciário, servidores no sentido amplo.

Quero deixar registrado que a pessoa que está aqui hoje recostada, utilizando aparelhos ortopédicos, sentindo dores, poderia estar em situação melhor se tivesse se cuidado mais, se tivesse organizado melhor sua vida e reservado uma hora para praticar esportes, uma hora para cuidar de casa, para conversar com os filhos, namorar o marido e se permitir ser cuidada também! Eu acho muito importante esses dois lados para que a gente seja cada vez mais livre, mais inteira, mais consciente e, acima de tudo, mais feliz!

Ser magistrada não significa apenas enfrentar sacrifícios e rebater acusações falsas. Exigência grande a sociedade tem para conosco, mas a gente também tem que ser exigente com tudo. Reservar um tempo pra si mesmo. Um conselho que eu dou: para fazer cada vez melhor, invista na sua felicidade! Uma mulher magistrada feliz vai ser muito mais útil à sociedade, ela vai ser mais presente em sua família, vai estar mais disposta em seu dia a dia, terá melhor capacidade de planejamento, será mais cordial com seus colegas, servidores, e terá mais amigos. É isso: felicidade a todos, um grande abraço e viva a magistratura!!!





Lívia Cristina Marques Peres

Juíza Federal

A segunda história contada pelo projeto é a de **Lívia Peres**. Natural de Macapá, capital do Amapá, ela ingressou na magistratura federal em 2006, no cargo de juíza federal substituta da 3^a Vara Federal, tendo sido promovida a titular na referida unidade em 2013.

Seu primeiro desafio foi o de enfrentar o pensamento do seu pai, que se opunha à ideia de que ela se mudasse de Macapá para Belém, para fazer o curso de Direito. No entanto, a ajuda necessária para mudar esse quadro estava em casa. A mãe da juíza - graduada em direito nos anos 70 e que optara pela família a prosseguir a vida profissional - lutou pelo direito da filha de ir em busca da carreira pública.

Na Justiça Federal, Lívia Peres se destaca pelo seu trabalho na organização de mutirões itinerantes fluviais que levam a prestação jurisdicional para locais distantes e regiões ribeirinhas do Pará e Amapá. Para ela, os vários Juizados Federais Itinerantes que teve a oportunidade de coordenar a modificaram, “*pois nunca voltamos de tais atuações como partimos. A interação humana intensa e o trabalho dos integrantes do sistema da justiça acaba por nos inserir num contexto humanista extremamente envolvente*”.



Onde começou a exercer sua jurisdição?

Minha atuação jurisdicional começou, e ainda permanece sendo exercida, na Seção Judiciária do Amapá, em Macapá, minha terra natal. Na Justiça Federal estou desde 2006: ingressei como juíza substituta da 3ª Vara Federal, mas no exercício da titularidade desde então, e fui promovida à juíza titular da referida unidade em 2013.

O ingresso na magistratura coincidiu com meu retorno a Macapá, de onde saí aos 16 anos para dar continuidade aos meus estudos - à época, não existia faculdade de direito na minha cidade e a escolha das ciências jurídicas como ramo a ser estudado e seguido já se tinha consolidado no meu querer.

A busca da minha profissão esteve envolta em uma afirmação do gênero feminino: para meu pai, de feição patriarcal nítida, era desnecessário e temerário que uma filha largasse seu lar para ir morar em outra cidade; para minha mãe, uma mulher que com muita dificuldade conseguiu graduar-se em direito na década de 70 e teve que abdicar do exercício profissional em prol da família, era inaceitável cercear o sonho de uma jovem mulher na busca de seu espaço. O bom senso prevaleceu e o primeiro passo da minha caminhada foi dado em direção a Belém, cidade onde me graduei, na saudosa Universidade Federal do Pará, iniciei minha atuação profissional como advogada trabalhista e assumi meu primeiro cargo público.

A vida seguia seu curso e a inquietação continuava, mudei de cargo e domicílio, vieram a Procuradoria da Fazenda Nacional e a apaixonante São Paulo, mas algo ainda me faltava. Eis que recebi a maternidade e a magistratura e ambas para serem desempenhadas nas terras onde nasci, fortalecida pelas raízes dos que me geraram. E tão forte é a ligação entre a função jurisdicional e minhas raízes que a primeira audiência como juíza titular foi realizada em meio a um Juizado Especial Federal Itinerante nas terras indígenas Waiãpi; das poucas sessões itinerantes do Tribunal Regional Eleitoral Amapá, duas sediaram minha posse, primeiramente como juíza efetiva, depois como suplente, daquele Tribunal, ambas as sessões ocorridas na cidade do Oiapoque.

E assim vai se perfazendo aproximados 12 anos de judicatura em uma mesma unidade, cuja competência é de Juizado Especial Federal, tempo que não imprime monotonia à atividade, pois cada ano judiciário inaugurado vem permeado de novos desafios, de vontade e ideias voltadas à melhoria do trabalho e das imperfeições enquanto julgadora e ser humano.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao qual sou vinculada, é integrado por 14 seções judiciárias, o que alcança todos os estados da Região Norte, três da Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia), dois da Centro-Oeste (Goiás e Mato-Grosso), Distrito Federal e Minas Gerais. Dessa dimensão continental do nosso Tribunal, a encerrar situações singulares pela diversidade e desigualdades regionais, brotam delicadas questões na viabilização da prestação jurisdicional. A Primeira Região tem jurisdição sobre toda a Amazônia, a qual, não se pode deixar de pontuar, sofre com a falta de aplicação das políticas públicas, o que advém, em parte, da sua própria realidade geográfica: espaços pouco povoados e distâncias enormes atingíveis, no mais das vezes, apenas pelo transporte fluvial.

Com esse panorama e sempre atuando em Juizado Especial Federal-JEF, comecei a me voltar para a **justiça itinerante**. Importante lembrar que, pela alta rotatividade de juízes no JEF/AP, exercei por grandes períodos

sua coordenação, pelo que foi possível organizar ações itinerantes do JEF/AP de forma sistematizada. Também é de se dizer que aqui, além de todas as mazelas comuns aos outros estados amazônicos, ainda sofremos com a falta de amapaenses em cargos públicos chaves, o que representa, no âmbito das instituições federais, frequentes alterações de quadro e rotina dos órgãos e entidades – exemplificando o que afirmo, de uma população de cerca de 700 mil habitantes, sou a única juíza amapaense em todo o Tribunal Federal da 1ª Região.

Mas me atendo às itinerâncias...dos vários Juizados Federais Itinerantes que coordenei, todos tiveram sua importância, pois, como sempre digo: nunca voltamos de tais atuações como partimos, pois a interação humana intensa e o trabalho dos integrantes do sistema da justiça acaba por se inserir num contexto humanista extremamente envolvente.

Bem, rememorando os itinerantes, lembro do primeiro que fiz na cidade do Oiapoque, em 2008, quando na localidade, a cerca de 600 km da cidade de Macapá e com aproximados 150 km sem cobertura asfáltica, não havia agências do INSS ou da Caixa Econômica Federal, ausência que gerou algumas centenas de ações voltadas ao levantamento de valores do FGTS, cujo ponto central do não exercício do direito social era a mera impossibilidade de se cadastrar uma senha para o cartão cidadão, o que, se viesse a ser realizado em Macapá, consumiria os depósitos fundiários em sua quase totalidade. A fase de colheita das reclamações dessa itinerância, chamada de "fase de atermação", foi bem pulverizada, havendo atendimento na sede do município, vilas rurícolas e aldeias indígenas. Para isso, considerando as longas distâncias acessíveis apenas pelo meio fluvial, contei com o desprendimento e o espírito público dos servidores que me acompanhavam.

Outra itinerância de grande significado, pois coincidiu com o instante da minha promoção à juíza titular da vara onde já atuava por 7 anos, foi a ocorrida em 2013, com alcance nas cidades de Pedra Branca e Serra do Navio; como já disse, nesse trabalho, audiências foram realizadas na aldeia indígena Waiápi e a minha primeira como juíza titular ali sobreveio.

Como quebra de paradigma, não poderia deixar de citar a **Itinerância Fluvial Cooperativa do Marajó-2017**, reeditada nos mesmos moldes em 2018 e que coordenei em conjunto com a COJEF/PA. Um esclarecimento se faz necessário: o arquipélago do Marajó está sob a jurisdição da Justiça Federal do Pará, no entanto, pela proximidade física, Macapá acaba por se constituir em ponto de acesso a serviços públicos de muitas populações tradicionais marajoaras, o que abrange, por exemplo, serviços de saúde, previdenciários, além da própria prestação jurisdicional a cargo da Justiça Federal, esteando-se, assim, as varas de Juizados Federais de Macapá como as mais próximas do domicílio do marajoara que busca o reconhecimento de um direito previdenciário. A operacionalização da ação realizada em 2017 foi muito difícil, pois precisávamos de um meio de transporte economicamente viável num quadro de grave restrição orçamentária, o que refletiria inclusive no formato institucionalizado da ação – itinerância em três fases, tudo sem descurar o objeto do nosso trabalho – o processo – sujeito a normas que não poderiam se alijadas. Eram muitas questões para serem trabalhadas e das quais dependia o sucesso da itinerância. Bem, a partir de dois centros de comando, com atuação bem sincronizada (COJEF's Pará e Amapá), começou-se o estabelecimento de parcerias: veio a Marinha do Brasil, possuidora de um navio de guerra adaptado às ações cívico-sociais na região ribeirinha do Pará, onde instalada antena para acesso à rede mundial de computadores e com capacidade de atendimento médico e odontológico; o INSS aderiu para atendimento de eventuais demandas administrativas e suporte à Procuradoria Federal nas audiências; esta última, certando-se de todas as cautelas para garantir plena defesa da autarquia previdenciária, anuiu com a fase única, representando início e fim do processo judicial em um único dia, mas com rigorosa obediência ao contraditório e à ampla

defesa (todas as pesquisas nos sistemas do INSS eram realizadas antes de os autos chegarem à audiência). E para enriquecer a prestação jurisdicional, com Justiça Estadual do Pará a bordo, as ações de sua competência, como guarda e interdição, com efeitos nas soluções consensuais ou não advindas da Justiça Federal, eram, de pronto, solucionadas, o que de alto significado para o ribeirinho que muito se ressentia da presença do Estado Brasileiro - a partir da rede instituída entre órgãos e entes públicos, dando o Poder Judiciário concretude ao princípio da cooperação entre seus órgãos, a transformação cidadã operava-se em um dia. Não posso deixar de pontuar que a missão cumprida em 2017 e sua renovação em 2018 não foram suficientes para aplacar a demanda reprimida no arquipélago, que recebeu seu primeiro Juizado Federal Itinerante em 2017. A demora de o Marajó receber uma itinerância da Justiça Federal revela quão importantes são as parcerias na realização dos serviços públicos, dentre os quais os da justiça, no fomento da cidadania para as populações tradicionais ribeirinhas, por outro lado, deixa explícito que se para o Estado é muito custoso garantir o exercício dos direitos sociais dessa população, para muitos indivíduos ali residentes, reivindicá-los é tarefa quase intransponível, a hipossuficiência é um importante elemento que se agrega.

Afora a coordenação dos Juizados Especiais Federais no Amapá, também por longo tempo atuo na coordenação do **Centro Judiciário de Conciliação-CEJUC**, permanência que permitiu a consolidação da solução consensual dos conflitos na Seção Judiciária do Amapá. Demandas consumeristas, inclusive em fase pré-processual, tramitam pelo CEJUC e muitas vezes ali encontram desfecho e exaurem demais atos processuais - exemplifico com reclamações intentadas em face da CEF, que propõe em seus acordos indenizatórios depósito de quantias em conta corrente do demandante, assim, da sentença homologatória, segue o arquivamento. De outro lado, a União, nas ações movidas por servidores públicos (originando-se o Estado do Amapá da transformação de Território Federal, há um quadro bem numeroso de servidores federais), mantém nas varas de Juizado elenco de matérias conciliáveis, o que permite encaminhamento otimizado dos feitos ao CEJUC, onde a composição da lide dá-se mediante a apresentação de acordo acompanhado de cálculos.

Abordagem em apartado merece o programa de **Desjudicialização das Demandas de Saúde** mediante a Conciliação, o qual ainda no seu início – Semana Nacional de Conciliação de 2015 – foi agraciado com menção honrosa do Conselho Nacional de Justiça, na categoria demandas complexas. A delicadeza do direito material em jogo e a angústia de perceber que o processo nos seus moldes tradicionais não é eficiente para salvaguarda do direito fez-me partir para um modelo de atendimento do cidadão que o acolha no seu momento de vulnerabilidade, desnude o motivo da não satisfação da prestação de saúde noticiada e busque uma solução que o atenda em sua pretensão individual e que inclua os demais em igual situação, afinal, por determinação constitucional, a execução da política de saúde pública deve se pautar na isonomia. Partindo dessas premissas, celebrado um Termo de Cooperação entre CEJUC, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (MPF/AP) e Defensoria Pública da União no Amapá para uniformização do recebimento da demanda e do procedimento voltado à sua resolução. O formato instituído, ao passo que permite o acesso do cidadão por mais de uma porta, fomenta a construção coletiva de soluções. Algumas demandas individuais pré-processuais deram ensejo a metaindividuais pré-processuais, de ambas participando os órgãos que integram o sistema de justiça e a área administrativa e técnica da pasta de saúde estadual ou do município de Macapá a que se atrela a demanda. Para tal, assumiu grande relevo Termo de Compromisso subscrito, ainda em 2015, pelos gestores máximos do Estado do Amapá e do Município de Macapá voltado ao engajamento dos entes na busca da solução consensual e efetiva das demandas de saúde. Com esse trabalho, fundado em práticas dialógicas, o CEJUC/AP vem se firmando

como instrumento de construção da sonhada sociedade livre, justa e solidária.

Ainda no âmbito do CEJUC, cuidei de um **conflito na cidade de Oiapoque versando sobre ocupação de área urbana federal** e que se estendia desde 2004. Os autos da ação possessória movida pela União chegaram ao CEJUC em 2015. Embora aventureira, ainda quando o processo tramitava na Subseção do Oiapoque, a intenção da União transferir para o Município as terras em litígio, a viabilização dependeu do estabelecimento de uma rede que viesse a suprir a deficiência técnica da administração municipal, o que se materializou com a integração ao procedimento conciliatório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades, Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá e Universidade Federal do Amapá. As exigências necessárias à doação das terras foram cumpridas e, em fins de 2017, por solução consensual, a controvérsia base找到了 com a transferência de 213 hectares da União para o Município de Oiapoque, remanescendo para a fase de cumprimento do julgado, que está em curso, a regularização dos lotes, com o que se dará efetividade ao direito individual de moradia que permeava a disputa judicial desde sempre.

E para finalizar, não poderia deixar de citar o **projeto-piloto de modernização das varas de JEF da Justiça Federal do Amapá**, implantado mediante Resolução do Presidência do Tribunal em julho de 2017, em desenvolvimento, e que levou à unificação das secretarias das varas, medida não muito simpática a muitas (os) magistradas (os), mas que está gerando frutos positivos quanto à padronização de atos, racionalização dos recursos materiais e humanos, levando a ganhos na celeridade e efetividade da prestação jurisdicional.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

Minhas maiores dificuldades sempre disseram respeito a volume de serviço. Hoje, a Seção Judiciária do Amapá conta com duas Varas Federais de Juizado mas até 2013, a competência estava concentrada na 3ª Vara que chegou a ter um acervo de 15.000 processos, entre ações previdenciárias, consumeristas, movidas por servidores públicos etc, sem esquecer que a atividade jurisdicional quase sempre era exercida em acúmulo com atividades administrativas. De 2013 a 2015, além de responder por todo o acervo da vara, estava com assento no Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e exercia a Direção do Foro da Seccional, além das Coordenações dos Juizados Especiais Federais e Centro Judiciário de Conciliação.

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

Minha condição de mãe foi óbice a me candidatar a uma promoção para a Subseção do Oiapoque aberta pouco antes daquela que vim concorrer para a Vara onde atuo. No mais, o desenvolvimento das atividades sempre foi guiada pela máxima: respeito para ser respeitada...não consigo lembrar de situação qualquer em que meu gênero tenha dificultado o exercício das minhas atividades.

O que é, a partir da experiência da senhora, ser juíza federal?

O exercício do cargo me preenche e reafirma a todo instante que ser magistrada(o) não exige pompa, nem glamour; exige sensibilidade para nos colocarmos na situação daquele que receberá nosso julgamento; exige trabalho árduo e várias limitações de ordem pessoal; exige que acompanhemos as mudanças por que passa a sociedade em que estamos inseridas(os) e que suporta os efeitos da nossa jurisdição; exige

que nunca esqueçamos a natureza instrumental do poder de que estamos investidos.

Como é administrar uma seção ou subseção judiciária?

Administrei a Seção Judiciária do Amapá entre 2013 e 2016, antes, tinha exercido a função de vice-diretora do Foro. Em um dos períodos como vice-diretora, tive a grata oportunidade de acompanhar o diretor na elaboração do projeto construtivo da nova sede da Seccional, obra iniciada em 2009 e concluída em 2012, o que representou o atendimento nas novas instalações de necessidades peculiares dos Juizados Especiais Federais.

Como não tenho dificuldade nas relações interpessoais e uso por norte a transparência e a isonomia, exercei com relativa tranquilidade a gestão da seccional, digo relativa porque é inquestionável, ainda que nos casos das seções de pequeno porte como a do Amapá, o aumento de trabalho e de preocupação pelos efeitos que encerram os atos administrativos praticados.

O exercício da gestão máxima em uma seção ou subseção exige que o cumprimento dos vetores normativos que guiam a administração pública não paralise o desenvolvimento da instituição ao alcance do fim justificador de sua existência. Quanto às licitações, por exemplo, a experiência me diz que não são as regras legais que engessam o administrador, mas a forma como são cumpridas - se de forma isolada e desprendida do objeto final do procedimento administrativo, por óbvio que seu desfecho não coincidirá com o tempo almejado e necessário para a contratação pública; por outro lado, se das regras versus necessidade pública for estabelecido um fluxo com prazos para a prática de cada ato, não vejo como não se obter o resultado, ainda que cumprindo rigorosamente todos os ditames legais.

No exercício da direção do foro, tive que cuidar da instalação das 3 Varas Federais criadas, de forma isolada, pela Lei n. 12.762/2012. Muito embora já existisse espaço físico, afinal a nova sede da Seção Judiciária do Amapá havia sido inaugurada em 2012, foi de muito trabalho o período que antecedeu a citada instalação, a administração precisava se preparar para o robustecimento da seção. E, com a nova conformação, podesse, ao fim do meu mandato, implantar o Plano de Logística Sustentável.

Enfim, quanto a(o) magistrada(o) não tenha preparo específico para gerir uma unidade administrativa, exercer a direção do foro ou da subseção é atividade inerente ao próprio exercício da magistratura federal, a proporcionar grande aprendizado.

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

As atividades profissional e familiar, busco exercer de forma sincronizada, o que não quer dizer que consiga 100% de equilíbrio; para cada momento, ponderam-se valores na escolha da atividade que receberá maior atenção. A vida acadêmica, por seu turno, teve que ser sacrificada. A entrega que faço ao exercício da judicatura exigiria que retirasse, para me dedicar à academia, tempo precioso de convívio com minha família.

“

Mas me atendo às itinerâncias... dos vários Juizados Federais Itinerantes que coordenei, todos tiveram sua importância, pois, como sempre digo: nunca voltamos de tais atuações como partimos, pois a interação humana intensa e o trabalho dos integrantes do sistema da justiça acaba por se inserir num contexto humanista extremamente envolvente.

Lívia Peres

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

Sob o prisma individual, sonho em não perder a sensibilidade com a dor do meu próximo, tampouco a vontade de fazer valer a justiça social, mesmo diante de situações não tão favoráveis.

No âmbito coletivo, sonho com um corpo social solidário, tolerante e inclusivo, que assimile a autocomposição como uma forma de solução de conflitos e evolução do ser humano – a base do conflito está na indiferença com o outro: escuta não ativa, olhar voltado à aparência, desprezo da essência, neutralização da empatia, encastelamento do eu... por isso, tanto me dedico ao fomento dos métodos consensuais de resolução de controvérsias, afinal, o almejado, ainda que aparente estar num lugar distante e inatingível, deve ser construído por quem acredita que a sociedade pode e deve ser livre, justa e solidária.

Qual a mensagem que a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

Uma menina, por volta dos 7 anos de idade, verbalizava um sonho megalomaníaco, a mãe foi querer chamá-la à razão, o que foi imediatamente retrucado: mãe, o primeiro passo para qualquer realização é o sonho, e esse tem ser grande o suficiente para nos movimentar. É isso! Presente o sonho, qualquer que seja ele, devemos organizar os meios adequados para alcançá-lo; se ele residir na Magistratura Federal, exigirá uma preparação séria e dedicada, mas tudo perfeitamente factível.

Às(as) magistradas(os), não é dado apaixonar-se por causas, a prudência manda que mantenhamos a devida distância para salvaguarda da imparcialidade que nos é imposta, mas nada veda que imprimamos amor no exercício da judicatura – o julgar fica leve sem ser displicente; as horas de labor passam despercebidas, sem que cansaço domine o corpo; e, por fim, recebemos a feliz satisfação de nos sentir realizadas(os) com a atividade desempenhada que se volta completamente para o outro: ser julgadora (or) é estar a serviço do problema alheio que clama por solução. 

#3

Adriana Cruz
Juíza Federal

Apresentamos agora a história da juíza federal **Adriana Cruz**, que atua como titular da 5ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, especializada em lavagem de dinheiro e crimes contra o sistema financeiro.

Adriana tomou posse na Justiça Federal, em Brasília, no ano de **1999** e, desde então, enfrentou grandes desafios na magistratura. Das experiências na carreira, destaca o processo de titularização, em Colatina, no Espírito Santo, em 2009, como “*um momento muito especial*”. Em 2015, foi convocada como magistrada instrutora no Gabinete do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso.

Sobre as dificuldades que já enfrentara na vida por **questões de gênero**, Adriana Cruz destaca que todas as mulheres vivem “*em ambientes hostis. Umas mais, outras menos. A diferença para a superação e sobrevivência é o aumento da nossa resiliência, ciência de nós mesmas, nosso empoderamento interno e nossa rede de proteção e apoio*”, explicou.

Adriana Cruz esclarece também que quando as mulheres conseguem acesso a postos de poder, os mecanismos institucionalizados do machismo e do racismo “*apenas se alteram e sofisticam, mas estão lá do mesmo jeito. Às vezes grosseiros*”

da mesma forma. Nossa presença incomoda, traz desconforto, e temos que ter consciência desses mecanismos. Convivemos com pessoas que negam nossas dores”, compartilhou. E continuou. “*Na impossibilidade de nos invisibilizar com os mesmos mecanismos utilizados em outros espaços, já que estamos em uma posição empoderada, o confronto se dá pela tentativa de silenciamento das nossas pautas ou de nos etiquetar como militantes, conferindo a essa referência um tom pejorativo*”.

Citando a acadêmica brasileira Djamila Ribeiro, com base em seu recente livro, “O que é lugar de fala?”, Adriana ainda faz um panorama da sociedade moderna. “*A existência de indivíduos reacionários no meio das minorias, a atenção que se dá a esse dado da realidade, não apaga a estrutura de opressão que incide também sobre essa subjetividade capturada. Mesmo que não tenha consciência disso. O fato de uma pessoa sequestrada ser acometida da ‘síndrome de Estocolmo’ não a torna livre, apenas fortalece os muros da sua prisão*”, ressaltou.

A juíza federal conclui a conversa deixando a seguinte questão para reflexão: “**A desigualdade de gênero e raça é uma realidade** e o juiz ou juíza contemporâneo que nega esse dado não está prestando atenção corretamente ao trabalho que precisa ser feito”.



Onde começou a exercer a jurisdição?

Tomei posse na Justiça Federal em Brasília em 1999 e atualmente atuo no Rio de Janeiro, capital.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

Em 2001 me removi para o Rio de Janeiro e atualmente sou titular da 5ª Vara Federal Criminal da Capital, especializada em lavagem de dinheiro e crimes contra o sistema financeiro. A minha titularização em Colatina/ES, em 2009, foi um momento muito especial da minha carreira, um período de grandes desafios e muito aprendizado. Em 2015 estive convocada como magistrada instrutora no Gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

Sob o aspecto material, meus pais me deram todas as condições necessárias para estudar com tranquilidade. Eles, sim, enfrentaram muitas dificuldades e principalmente meus avós. Minha bisavó, que nasceu no ano da abolição da escravatura, foi faxineira na Assembleia Legislativa da Bahia e repetia como um mantra que o estudo era o único caminho para pessoas como nós.

Estudar em um colégio particular, de referência na minha época, foi marcante em minha trajetória, sob vários aspectos. Por um lado, fiz amigos de vida inteira e tive acesso a um ensino de qualidade a que a maior parte das mulheres negras não tem no país. Registro que o ensino de qualidade não é negado apenas às mulheres negras, mas definitivamente nós estamos submetidas a diversas camadas de exclusão, que agravam a falta de acesso à educação. Por outro lado, convivi como única negra entre meus colegas por muito tempo. Em um determinado momento, se fomos dois ou três alunos negros na escola, foi muito. Crescer ouvindo que seu cabelo é ruim, que seus traços são feios. Ver a história dos seus ancestrais comprimida em meia hora de um currículo de anos e circunscrita ao fato de que parte deles foi escravizada é extremamente perverso na construção da subjetividade de qualquer ser humano. Certa vez um professor, ao me ver rindo no recreio, perguntou que graça a vida podia ter pra mim, já que eu era mulher, negra e tijucana.

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

Todas nós, mulheres, vivemos em ambientes hostis. Umas mais, outras menos. A diferença para a superação e sobrevivência é o aumento da nossa resiliência, ciência de nós mesmas, nosso empoderamento interno e nossa rede de proteção e apoio.

Quando acessamos postos de poder os mecanismos apenas se alteram e sofisticam, mas estão lá do mesmo jeito. Às vezes grosseiros da mesma forma. Nossa presença incomoda, traz desconforto, e temos que ter consciência desses mecanismos. Convivemos com pessoas que negam nossas dores. Na impossibilidade de nos invisibilizar com os mesmos mecanismos utilizados em outros espaços, já que estamos em uma posição empoderada, o confronto se dá pela tentativa de silenciamento das nossas pautas ou de nos etiquetar como militantes, conferindo a essa referência um tom pejorativo. Eu poderia mencionar episódios concretos aos quais, certamente, meus colegas homens nunca foram expostos, como questionamentos

públicos no ambiente de trabalho sobre minha capacidade reprodutiva, já que não tenho filhos, referências depreciativas aos meus cabelos crespos trançados ou ao fato de eu ser solteira. Mas não quero jogar luz sobre isso, porque são sintomas de um mal mais profundo e danoso e que transcende o plano individual. É essa a reflexão que nós, como juízes e juízas, e como Poder Judiciário, precisamos fazer.

O que é, a partir da experiência da senhora, ser juíza federal?

Ser juíza federal, para mim, é exercitar a escuta, a alteridade. É ter a consciência permanente de que meus erros não são só meus. É me questionar e duvidar de minhas certezas continuamente, em prol de prestar a melhor jurisdição possível a serviço da cidadania. E lembrar, sempre, que o ser humano e a preservação de sua dignidade são o fim primeiro e último de fazer o que fazemos.

Como é administrar uma seção ou subseção judiciária?

Minha experiência nesse sentido foi breve, na ocasião em que estive em uma vara única no interior. Na minha vivência o maior desafio foi lidar, de forma ampliada, com as mesmas dificuldades que temos na gestão das varas: o gerenciamento de pessoas. Os servidores da Justiça Federal são altamente qualificados e dedicados, mas muitas vezes trabalham sob condições adversas e sem o reconhecimento devido.

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

Recentemente assisti a uma palestra sobre gerenciamento do tempo e a especialista dizia que o tempo é flexível e se acomoda conforme nossas prioridades. A conciliação é possível, na minha opinião até certo ponto de equilíbrio. Sempre com atenção ao estabelecimento de prioridades. Para mim, a atividade acadêmica é essencial para que eu possa desenvolver reflexões que não são próprias ao exercício da jurisdição, embora com ela se relacionem. Tenho a necessidade vital de circular em ambientes que me estimulem a pensar para além da minha zona de conforto. Minha família é meu chão. Sem eles, não vou a lugar algum. Portanto, na minha vivencia, não é propriamente uma questão de conciliação, mas uma condição de existência.

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

Eu sonho um Judiciário plural e impregnado do sentido de alteridade. Eu trabalho para isso.

Qual a mensagem que a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

A mensagem que eu deixaria seria: refletam sobre a razão pela qual sonham esse sonho. E lembrem que, parafraseando Simone de Beauvoir, nós nos tornamos juízas. É um processo contínuo, não um fim em si mesmo.

*“A desigualdade de gênero e
raça é uma realidade e
o juiz ou juíza contemporâneo
que nega esse dado não está
prestando atenção corretamente
ao trabalho que precisa ser feito.*

Adriana Cruz

Este é um espaço livre para deixar uma mensagem ou falar sobre algo que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores.

Eu gostaria de sublinhar o processo de invisibilização e silenciamento de alguns a que já me referi antes. Penso ser importante pontuar isso de forma bem marcada, porque externa ou mesmo internamente ao Judiciário, pode haver aqueles que pensam que por estarmos nós, mulheres, brancas e negras, em posição de poder, estamos a salvo e imunes de determinados ataques à nossa subjetividade e forma de estar no mundo. Não é assim, infelizmente.

É importante jogar luz sobre as armadilhas que se prestam a diminuir o valor de nossa presença utilizando o discurso de mulheres, brancas e negras, que deslegitimam a luta feminista e antirracista ou, ainda, que ratificam os mecanismos de opressão existentes. O combate a universalização redutora do discurso das pessoas negras também é uma frente de reflexão, pois a diversidade nos habita, como nos demais. Como acentua Djamila Ribeiro em seu mais recente livro, *O que É Lugar de Fala*, a existência de indivíduos reacionários no meio das minorias, a atenção que se dá a esse dado da realidade, não apaga a estrutura de opressão que incide também sobre essa subjetividade capturada. Mesmo que não tenha consciência disso. O fato de uma pessoa sequestrada ser acometida da "síndrome de Estocolmo" não a torna livre, apenas fortalece os muros da sua prisão.

Não é incomum, também, que as pessoas busquem nos acomodar em um espaço de conforto para elas. Assim, nos colocam uma etiqueta de mulher ou de mulher negra e nos reduzem a isso. No meu caso, ser mulher negra me constitui, mas não me define ou reduz. Sou mulher negra e muitas outras coisas. Falo de racismo nos espaços que escolho, mas meus interesses não se circunscrevem a isso e não autorizo que me pautem e limitem nessa temática. Toda essa dinâmica requer de nós, mulheres, em especial mulheres negras magistradas, uma sabedoria muito grande para confrontar, quando necessário, mas também para construir pontes e identificar aliados, que existem e estão prontos e dispostos a caminhar conosco. É um desafio diário, que demanda energia e cansa. Mas quando penso em desistir, em viver uma vida de avestruz e negação, constato que isso não é uma opção. Porque essa opção seria a do aniquilamento e morte. Portanto, repito, precisamos nos fortalecer internamente e construir nossas redes de fortalecimento e apoio mútuo. A desigualdade de gênero e raça é uma realidade e o juiz ou juíza contemporâneo que nega esse dado não está prestando atenção corretamente ao trabalho que precisa ser feito.





Valéria Caldi

Juíza Federal

Dando sequência ao projeto “Conhecendo as Juízas Federais”, apresentamos neste capítulo a história de vida da juíza federal **Valéria Caldi**, titular da 8ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, especializada no julgamento de crimes praticados por organizações criminosas, há 18 anos.

Valéria tomou posse na Justiça Federal, no ano de 1997, aos 26 anos, e atuou em diversos casos de grande repercussão nacional.

Sobre as dificuldades enfrentadas na magistratura, ela destaca a dificuldade de incorporar o peso da responsabilidade de ser juíza federal e decidir a vida das pessoas. *“Eu sofria muito. E sofro até hoje, mas de uma forma mais madura”*. Além disso, ela aponta também a necessidade de se policiar para não se iludir com o tratamento diferenciado dado aos juízes. *“Dosar a autoridade, sem perder o humanismo e a sensibilidade, é fundamental na nossa profissão”*, completou.

Valéria lembra também de dificuldades referentes à sua própria área de atuação. *“Na jurisdição criminal, enfrentei dificuldades bem maiores, decorrentes de processos de grande complexidade, envolvendo, inclusive, confrontamentos à minha autoridade e ameaças veladas”*, compartilhou.

Quando questionada sobre as dificuldades enfrentadas pelo fato de ser mulher, ela explica que levou algum tempo para perceber que a questão de gênero lhe impôs alguns obstáculos. Valéria conta que, na época, atribuía isso a *“confusões”* das pessoas, achando que eram desafios normais da profissão.

A juíza federal finaliza a conversa com um convite para reflexão sobre igualdade de gênero. *“Eu deixo aqui o meu agradecimento a cada colega que, com seu exemplo ou com sua fala, me despertou para a questão da igualdade de gênero. E convido aqueles e aquelas que nunca pensaram sobre isso a conhecerem os trabalhos e dados objetivos a respeito desse tema tão relevante”*, enfatizou.



Onde começou a exercer a jurisdição?

Sempre exercei minha jurisdição no Rio de Janeiro. Sou do concurso de 1997, época em que a 2ª Região tinha muito poucos juízes e estava apenas começando seu processo de interiorização.

Tive a possibilidade de atuar como substituta e me titularizar na capital, não tive a experiência de jurisdição no interior.

Sou juíza titular da 8ª vara federal criminal no Rio de Janeiro, especializada no julgamento de crimes praticados por organizações criminosas, há 18 anos.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

Nas varas cíveis em que atuei tive muitos casos de impacto, era época das privatizações, então éramos demandados frequentemente a respeito de temas muito relevantes para o país do ponto de vista político. Paralelamente, as demandas de servidores públicos, direito tributário, saúde e responsabilidade civil pululavam. Tínhamos, ainda, todo o previdenciário e execução fiscal. Em suma, embora eu não tenha trabalhado fisicamente no interior, eu atuei mais de três anos em varas que, na essência, eram como as varas mistas do interior.

Mas acho que na jurisdição criminal, onde estou há tanto tempo, é que minha atuação foi mais relevante. Casos de grande repercussão sempre se colocam à nossa frente em varas desta natureza.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

Muitas. As dificuldades de ordem objetiva talvez tenham sido as mais fáceis de administrar.

Tomávamos posse e éramos imediatamente colocados para trabalhar numa vara com mais de uma dezena de servidores que não conhecíamos, 20, 30 mil processos de todas as matérias, um sistema de informática jurássico, enfim, não havia a cultura institucional de hoje na qual recebemos os jovens juízes.

Ihes apresentamos a Justiça Federal, oferecemos um belíssimo curso de ambientação que os prepare para a árdua tarefa que vão encontrar. Logo, tive dificuldades básicas como não saber realizar tarefas no sistema informatizado, além de não ter a mínima ideia de como era gerenciar um espaço de trabalho.

Eu, por exemplo, tive a sorte de ser lotada em uma vara bem estruturada, com uma equipe de funcionários maravilhosos e um juiz que me acolheu muito bem. Mas, logo em seguida, ele foi convocado para o TRF e eu fiquei ali, sozinha, pensando: "meu Deus! O que faço agora?". Arregacei as mangas para trabalhar, cheia de boas intenções, deu tudo certo, mas hoje tenho certeza de que poderia não ter dado.

Na jurisdição criminal, encontrei dificuldades bem maiores, decorrentes de processos de grande complexidade, envolvendo, inclusive, confrontamentos à minha autoridade e ameaças veladas. As dificuldades de ordem subjetiva foram as mais complexas. A primeira delas foi a de incorporar o peso da

responsabilidade de ser juiz, decidir a vida das pessoas é uma coisa muito séria. Eu sofria muito. E sofro até hoje, mas de uma forma mais madura. A segunda foi aprender a me policiar o tempo todo para não me iludir com a importância do cargo. O mundo do Poder Judiciário é regido por uma lógica muito hierarquizada, à qual eu não era acostumada. Somos bajulados o tempo inteiro. É "Excelência" pra cá, "Excelência" pra lá, elevador privativo, etc. Se você não presta atenção, você começa a achar que você realmente é uma pessoa especial, diferente dos outros, superior aos funcionários e aos jurisdicionados. Este, talvez, seja um dos piores defeitos que um juiz pode ter. Dosar a autoridade, sem perder o humanismo e a sensibilidade, é fundamental na nossa profissão. A terceira foi aprender a trabalhar "sob pressão". A jurisdição criminal, especialmente, nos exige isso: administrar as demandas de prazo, as críticas severas e a exposição pública do trabalho quando ela é inevitável. É preciso criar uma casca para continuar caminhando.

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

Sim, mas, por incrível que pareça, não tive essa percepção no momento em que os fatos ocorreram. Só hoje, olhando retrospectivamente, é que tenho consciência de que sim, minha condição de mulher me impôs dificuldades profissionais, embora eu as tenha enfrentado como naturais.

Quando tomei posse, tinha apenas 26 anos. Já era casada e tinha dois filhos pequenos, mas era uma menina. Não tinha nem tempo para pensar em outra coisa que não fosse: estudar Direito, trabalhar, tomar conta dos filhos e da casa. Inserida num mundo de cultura machista, eu era o exemplo clássico da mulher que fazia dupla, tripla jornada. E fazia bem porque era jovem, tinha muita disposição, boa formação, capacidade de trabalho e nenhuma consciência feminista.

No trabalho, a necessidade de reafirmação da minha posição era uma constante. Era chamada de "minha filha" em audiência, era frequentemente questionada em minha autoridade em circunstâncias nas quais jamais isso poderia acontecer, e eu não percebia. Sabe, eu achava que aquilo fazia parte do trabalho. Que era assim mesmo com todo o mundo. Atribuía isso a "confusões" das pessoas, que não entendiam como eu podia ser juíza tão jovem. No fundo, era uma forma de sublimar a questão e, ao mesmo tempo, me valorizar: "Ora, como eu, que já tinha conseguido entrar tão jovem numa carreira, ainda queria ser reconhecida de plano como a juíza, sem nenhum questionamento?".

A própria escolha de uma vara criminal foi pautada pela minha condição de mulher e pela ausência de qualquer política institucional de acolhimento feminino. Era a última opção de escolha na capital, era um ambiente masculino (havia poucas juízas mulheres em varas criminais), eu nunca tinha visto um processo criminal na minha frente, tinha pânico da matéria. Não tinha nenhum desejo por aquilo. Tirei um mês de férias não para ficar com meus filhos, mas sim para reestudar direito penal e processo penal antes de assumir a vara e não fazer feio. A cobrança por qualidade no desempenho, além da esperada dos homens, era uma coisa que eu vivenciava sem maiores questionamentos. Por sorte, me apaixonei pela matéria e hoje me dou muito bem com o Direito Penal.

Durante anos, fiz o discurso de que "nunca sofri discriminação nem nunca tive dificuldades na profissão pelo fato de ser mulher". Ou seja, eu era um E.T. Ou uma deusa, né? Porque, infelizmente, se ainda hoje isso é simplesmente impossível, imagina 10, 15, 20 anos atrás.

*“Se você não presta atenção,
você começa a achar que você
realmente é uma pessoa especial,
diferente dos outros, superior aos
funcionários e aos jurisdicionados.*

*Este, talvez, seja um dos piores
defeitos que um juiz pode ter.
Dosar a autoridade, sem perder
o humanismo e a sensibilidade, é
fundamental na nossa profissão.*

Valéria Caldi

O que é, a partir da experiência da senhora, ser juíza federal?

Ser juíza federal é exercer um papel de pacificação social importantíssimo, distribuindo justiça de forma humanista.

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

Sim, desde que as instituições públicas e privadas compreendam a necessidade de estabelecer políticas para isso e que nós, mulheres, também consigamos espraiar para os ambientes familiar e acadêmico a cultura da igualdade de gênero.

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

Sonho com um mundo sem desigualdades em todos os aspectos. Só assim a Justiça se faz plena.

Qual a mensagem que a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

Que não desistam. Que as instituições estão muito mais evoluídas do que quando eu entrei. Que o grupo de juízas mulheres é cada vez mais numeroso e consciente da sua importância no trabalho de erradicação da desigualdade de gênero e na realização da Justiça.

Este é um espaço livre para deixar uma mensagem ou falar sobre algo que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores.

Eu deixo aqui o meu agradecimento a cada colega que, com seu exemplo ou com sua fala, me despertou para a questão da igualdade de gênero. E convido aqueles e aquelas que nunca pensaram sobre isso a conhecerem os trabalhos e dados objetivos a respeito desse tema tão relevante.



#5

Tania Heine
Desembargadora Federal aposentada

Neste capítulo de "Conhecendo as Juízas Federais", a AJUFE apresenta a história da desembargadora federal aposentada **Tania Heine**. Ela dedicou 33 anos da vida ao exercício da magistratura, atuando em diversos casos de grande repercussão nacional e relevância histórica. É dela a primeira sentença a reconhecer a responsabilidade da União Federal na morte de um preso político, por exemplo.

Tânia tomou posse como juíza substituta em 1976, na 1^a Vara do Rio de Janeiro, foi titularizada um pouco depois, em 1977. Sobre as dificuldades enfrentadas, ela destaca o período em que foi diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, quando passou por problemas como a escassez de verbas e até o desabamento do teto por causa de cupins.

A magistrada ainda enfrentou dificuldades estruturais pelo seu gênero. Durante a entrevista, Tânia contou que assumiu o cargo com dois filhos pequenos, mas conseguiu conciliar carreira e família graças ao marido que participava ativamente da vida doméstica. A magistrada também destacou o período em que viu algumas amigas, que também eram mães, passarem por dificuldades, justamente por não contarem com o apoio dos maridos ou pais dos filhos.

Sobre a carreira, Tânia Heine finaliza dizendo que a profissão torna-se gratificante quando se gosta do que se faz. "*O que me encantava era poder decidir o que eu achava justo, interpretando a lei nesse sentido*", destacou.



Onde começou e exerceu a jurisdição?

Fui aprovada no 2º Concurso para Juiz Federal Substituto, tendo tomado posse na 1ª Vara do Rio de Janeiro em 1976, onde era titular o Dr. Evandro Gueiros Leite. Na primeira composição da Justiça Federal, após sua recriação em 1966, foi nomeada a Dra Maria Rita Soares de Andrade para o Rio de Janeiro. No 1º Concurso foi aprovada a Drª. Julieta Lidia Lunz, lotada também, no Rio de Janeiro.

No meu concurso foram aprovadas duas mulheres, eu e Ana Maria Scartezzini (nome de casada, tendo o casamento ocorrido com Jorge Scartezzini do primeiro concurso, depois da sua posse), que foi lotada em São Paulo.

Na época, as varas não tinham especialização. Em 1977 com a extinção do cargo de Juiz Federal Substituto, todos os substitutos foram titularizados, dividindo-se cada vara em Vara I e Vara II.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

Foram muitos os processos que ficaram na minha memória. Alguns de grande repercussão, como a primeira sentença reconhecendo a responsabilidade da União Federal quanto ao desaparecimento de um preso político, o jornalista Mario Alves. Também em relação a um acidente aéreo com avião da Lufthansa, tendo que utilizar o seguro marítimo para traçar um paralelo com a responsabilidade da torre de controle. Ainda bem que meu pai, comandante da Varig, me ajudou a analisar a perícia.

Outros casos são de agradecimentos de ex-combatentes e pessoas de baixa renda que necessitavam de solução para questões previdenciárias. Recordo-me de uma gestante que encaminhei ao Hospital da Aeronáutica (o marido era ex-combatente da Aeronáutica, com processo ainda em fase de execução). Mediante meu ofício, ela foi internada e um mês depois apareceu na Vara com uma menininha registrada com meu nome.

No Tribunal foram inúmeros casos, inclusive um transsexual que morava na França e foi preso ao visitar a mãe na Bahia, por falsidade ideológica. A Dra. Nizete Lobato, então juiza criminal, já havia absolvido o réu e determinado que ele fosse solto para não ser colocado num presídio masculino, demonstrando sua sensibilidade, numa época em que ainda o assunto era pouco comentado.

Em um processo de readaptação para Auditor Fiscal, duas senhoras idosas me procuraram no gabinete para falar da apelação. O processo administrativo estava nos autos, completamente amarelado, mas demonstrava o alto grau de responsabilidade de suas funções. Foi um exercício criativo comparar as funções atuais do cargo com aquelas da década de 60. O recurso foi provido pela minha Turma e mantido no STJ. Até hoje recebo um cartão de Natal de uma delas que deve estar com cerca de 100 anos.

Ao assumir a Presidência do TRF deparei-me com a privatização da Vale do Rio Doce e foram dias reexaminando liminares que suspendiam o leilão, com a imprensa de plantão, inclusive no dia do meu aniversário, quando os servidores organizaram uma festinha à noite. Convidei os jornalistas, expliquei que não era dinheiro público, e nada foi publicado a esse respeito.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

A primeira dificuldade diz respeito ao início do exercício da nova função. Eu sabia prolatar sentenças, mas tinha dúvidas quanto aos despachos interlocutórios. As verbas escassas nos obrigavam a despesas do próprio bolso para consertar máquinas de escrever, comprar papel, etc.

Éramos poucos juízes, os concursos não preenchiam todas as vagas, estávamos sempre acumulando Varas, especialmente em época de férias. Quando assumi a Corregedoria criei uma semana de adaptação para os juízes novos, o que depois tornou-se obrigatório e em maior extensão.

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

Sempre contei com o apoio dos colegas mais antigos e nunca me senti discriminada por eles. A discriminação vinha de alguns advogados que me confundiam com a secretária do juiz.

A primeira Vara Federal era a competente para as audiências de naturalização. Uma vez um árabe se recusou a ser naturalizado por mim, simplesmente por eu ser mulher.

O que é, a partir da experiência da senhora, ser juíza federal?

Como toda profissão, é extremamente gratificante quando gostamos do que fazemos e nos sentimos realizadas. O que me encantava era poder decidir o que eu achava justo, interpretando a lei nesse sentido, uma liberdade que se faz mais presente no primeiro grau de jurisdição, pois no Tribunal nem sempre o nosso voto prevalece apesar de estarmos convictas do seu acerto.

Como é administrar uma seção ou subseção judiciária?

Fui Diretora do Foro por 3 anos de, 1986 a 1988, inclusive inaugurei o Anexo I, tive que enfrentar o fechamento das Varas que funcionavam no atual CCJF, em virtude do desmoronamento do teto atacado por cupins. A solução, depois de quase 2 meses, foi alugar um prédio na Cinelândia para onde as Varas foram transferidas. Pressão da OAB de um lado e escassez de verba do outro. Como falavam que a Constituição de 1988 iria acabar com a Justiça Federal, por funcionar somente nas capitais, pois no interior alguns de seus processos eram julgados por juízes estaduais ou trabalhistas, o Presidente do TRF decidiu iniciar a interiorização.

Iniciei essa etapa inaugurando duas varas em Niterói. Fui também indicada pelo Presidente do TRF, junto com o Ministro Carlos Thibau, oriundo do Rio de Janeiro, para providenciar um prédio para a instalação do TRF da 2ª Região no prazo de 6 meses previsto na Constituição.

A solução foi o atual prédio que era do IBC e subutilizado. O meu colega Clelio Erthal, sempre responsável pelas obras, foi indispensável para que cumpríssemos aquele prazo.

Quando estava na presidência do TRF consegui a cessão do prédio da Avenida Venezuela, que foi

reformado pela Caixa Econômica Federal, depois de inúmeras tratativas, tendo o Dr. André Koslowski, então Diretor do Foro, providenciado imediatamente as licitações para que novas Varas fossem instaladas mais rapidamente.

Instalei dezenas de Varas na capital e no interior que estavam criadas por lei e as que vieram a ser criadas, de maneira que tivemos que titularizar juízes antes do prazo de vitalício.

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

Assumi a função de juiza com dois filhos pequenos e sempre consegui conciliar o exercício da judicatura com a vida familiar. Na minha época, não era comum os maridos assumirem a participação na vida doméstica. O meu foi uma exceção e sempre me apoiou nas minhas decisões, da mesma forma que eu sempre o apoiei. Algumas colegas minhas tiveram dificuldade em estudar para o concurso e exercer a profissão, quando os maridos não aceitavam que elas tivesse uma posição de destaque. Claro que temos que ser mais organizadas e práticas para que tudo funcione.

Quanto à vida acadêmica acho que já fica um pouco mais difícil, tanto para homens ou mulheres, a não ser para aqueles extremamente vocacionados, mas que abrem mão parcialmente da vida familiar ou social.

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

Sempre fui inteiramente realizada como magistrada, apesar dos percalços econômicos e das dificuldades de verbas, que já éramos problemas desde aquela época.

Recebida as partes em meu gabinete que, por vezes, explicavam melhor os fatos do que seus advogados. Decidi me aposentar voluntariamente antes da compulsória e não retornar à advocacia, apesar de inúmeros convites.

Creio que chega a hora em que queremos mais tempo para a vida privada e para atividades que ficavam em segundo plano enquanto diante do exercício da função de juiza.

Qual a mensagem que a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

Continuem sonhando e batalhando para que esse sonho se torne realidade. Nunca desistam de seus sonhos.

*“Como toda profissão, é
extremamente gratificante quando
gostamos do que fazemos e nos
sentimos realizadas. O que me
encantava era poder decidir o que
eu achava justo, interpretando a lei
nesse sentido.*

Tania Heine

Este é um espaço livre para deixar uma mensagem ou falar sobre algo que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores.

Exerci a Direção do Foro por 3 anos, a Corregedoria e a Presidência do TRF da 2^a Região. Na Corregedoria, fui severa na investigação de colegas acusados de atos incompatíveis com a função judicante. Por outro lado, procurei ouvir as reclamações dos juízes diante de dificuldades encontradas e quais as soluções que apresentavam. Várias foram transformadas em atos da Corregedoria. Quem está diante do problema concreto sempre oferece as melhores alternativas para contorná-lo.

Creio que a Direção do Foro e a Presidência do Tribunal envolvem basicamente atos de Administração. Quem exerce tais funções deixa de lado o que sabe fazer, julgar processos, para tomar decisões em áreas que nem sempre domina bem, como obras, transformações de cargos, etc. Por vezes um excelente juiz não é um excelente Presidente ou Diretor do Foro. Além disso, ainda são responsáveis perante o TCU pelas despesas ocorridas na sua gestão. São questões que podem ser objeto de reflexão para o futuro.



#6

Claudia Maria Dadico Juíza Federal

Neste capítulo, a Ajufe apresenta a juíza federal **Claudia Maria Dadico**. Claudia é juíza federal desde 1996, quando tomou posse no cargo de juíza federal substituta na capital gaúcha, logo após 10 anos sendo servidora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 22 anos de jurisdição, Claudia teve a oportunidade de julgar inúmeros casos ao longo da carreira. Nos dizeres da magistrada, “*todos relevantes*”.

De todo modo, ainda no início da carreira, a juíza se deparou com um caso peculiar para a época: em 1998, ela deferiu a realização de uma cirurgia de transgenitalização para uma cidadã transexual. “*Entendi que ali estava ocorrendo uma clara situação de discriminação por identidade de gênero e deferi o pedido*”, contou. E continuou: “*Estudei muito, pois, à época, não havia muitos precedentes jurisdicionais sobre a questão*”.

Embora tenha tido uma formação escolar e acadêmica sem grandes dificuldades, a magistrada começou a trabalhar bem cedo, aos 17 anos, por vontade de ser independente. Aos 19, começou a trabalhar no TRF3, por vontade de ser independente. Em seguida, continuou os estudos e concluiu sua formação em Direito. Foi quase no final do ano 2000 que Claudia viveu o momento mais difícil de sua história pessoal. “*A maior dificuldade de minha vida, sem dúvida nenhuma foi a perda de minha segunda filha, a Beatriz, em dezembro de 2000, vitimada por meningite, quando tinha 1 aninho e seis meses de idade. Foi devastador. Fiquei fora de circuito durante uns bons anos*”, desabafou.

Um pouco antes, entre 1998 e 1999, a juíza teve as primeiras oportunidades de promoção para a titularidade do cargo. No entanto, a vida pessoal, em especial a relação com o ex-marido, a impediram de dar este passo na carreira. “*Ele disse que se eu optasse pela promoção, ele pediria o divórcio e a*

guarda das filhas. Assim, deixei de me inscrever e perdi aproximadamente 40 posições na lista de antiguidade na carreira, decisão da qual me arrependo muito, hoje em dia”, explicou Claudia.

A titularidade veio anos depois, após o ano de 2003, quando se divorciou e pediu promoção para a cidade de Rio Grande. A demora na promoção a magistrada atribui, dentre outros motivos, à questão de gênero. “*Não tinha ainda consciência de que esses tropeços na vida profissional tinham, entre suas múltiplas causas, também razões de gênero. Se eu fosse homem, talvez essas questões fossem encaminhadas de forma diferente*”, conjecturou.

Quando chegou à Vara Criminal de Florianópolis, enfrentou dificuldades muito grandes. “*Uma resistência muito grande à minha liderança e à liderança do Diretor de Secretaria que me acompanhava desde Joinville. Se eu fosse homem, a situação teria um encaminhamento muito diverso*”, contou.

Embora a Magistratura Federal já tenha tido consideráveis avanços no ingresso das mulheres na carreira, ainda há muitos obstáculos para a entrada feminina no Judiciário. Segundo a magistrada são exemplos de barreiras a dupla ou tripla jornada de trabalho. E complementa: “*o nível de complexidade das provas exige um grande tempo de preparação com exclusividade, o que retira, ou dificulta muito, o ingresso de candidatas que trabalham*”.

Claudia conclui a conversa deixando uma mensagem para quem sonha em se tornar juíza federal: “minha mensagem é de força e perseverança, sempre! A magistratura é uma carreira maravilhosa, de muito prestígio e muito valorizada. O Brasil precisa de mais diversidade em sua composição”.



Onde começou a exercer a jurisdição?

Comecei a exercer minha jurisdição na cidade de Porto Alegre, na 2^a Vara de Execuções Fiscais, no ano de 1996, após trabalhar por 10 anos como servidora do Tribunal Regional Federal da 3^a Região.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

Durante estes 22 anos de jurisdição, julguei muitos casos, todos relevantes. Entretanto, alguns marcam a memória de maneira peculiar.

Quando atuava, como juíza substituta ainda, na 12^a Vara Federal de Porto Alegre, deferi, em 1998, a realização de cirurgia de transgenitalização para uma cidadã transexual. Essa pessoa estava engajada em programa de atendimento no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, por uma ampla equipe multidisciplinar, há mais de 3 anos e, no momento decisivo, a cirurgia foi indeferida ao argumento de se tratar de cirurgia de "caráter experimental". Ocorre que a cirurgia já constava dos protocolos médicos há mais de 20 anos, mas era deferida apenas para casos de acidentes e não para casos como o do processo. Entendi que ali estava ocorrendo uma clara situação de discriminação por identidade de gênero e deferi o pedido. Estudei muito, pois, à época, não havia muitos precedentes jurisdicionais sobre a questão.

Ainda na 12^a Vara Federal, julguei um caso em que a família de um servidor público que foi cassado, por motivos políticos, durante a ditadura militar, postulava indenização por danos morais. Foi um processo bastante complexo, as audiências reviveram momentos de muita dor daquela família, dos quais ainda hoje me lembro com nitidez.

No Juizado Especial Federal de Rio Grande, onde também atuei de 2003 a 2010, recordo-me de momentos muito intensos na sala de audiência. Costumo dizer que as audiências em juizados especiais são laboratórios de empatia. É certo que há uma multiplicidade de situações, mas há casos de muita penúria, muita miséria e muita pobreza, que nos tocam de forma muito intensa, em que pese o nosso dever de aplicar a lei para todos.

Na cidade de Joinville, onde atuei perante a 2^a Vara Federal, julguei muitos casos relevantes, mas atuei como Diretora do Foro da Subseção, momento em que conseguimos finalizar uma situação envolvendo um terreno para a construção da futura sede da Subseção, o que nos custou muito trabalho, muitas conversas e muitas articulações. Foi uma experiência muito enriquecedora.

Já em Florianópolis, a partir de 2013, na titularidade da 7^a Vara Federal, de competência criminal exclusiva, especializada em Lavagem de Ativos, Crimes Financeiros e Cooperação Jurídica Internacional, pude expandir meus horizontes para uma área de atuação da jurisdição federal até então inexplorada para mim. Também me dediquei, estudei muito, decidi por retomar meus estudos acadêmicos (estou cursando Doutorado em Ciências Criminais na PUCRS) a fim de prestar a jurisdição mais qualificada e responsável possível, em uma área tão sensível e hoje em dia tão em evidência.

Atualmente, na Direção do Foro da Seção Judiciária de Santa Catarina, talvez esteja em face do maior

desafio profissional de minha carreira. Atuar como gestora pública, ordenadora de despesas, num cenário de restrições orçamentárias e diminuição de quadro de pessoal, tem exigido muito estudo, muita dedicação e muitos esforços pessoais para buscar racionalização, inovação e respostas de qualidade para nosso jurisdicionado.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

Não tive dificuldades em minha formação escolar e acadêmica. Sou filha de classe média e tive o privilégio de ter uma formação preponderantemente em colégios ou escolas particulares de bom nível.

Comecei a trabalhar bem cedo, aos 17 anos, não por necessidade, mas por vontade de independência mesmo. Meu pai era um homem de valor, conservador, mas muito autoritário na minha adolescência e logo aos 18 anos de idade saí da casa de meus pais para morar sozinha em São Paulo, logo que fui aprovada no concurso para Auxiliar Judiciária (esse era o nome do cargo à época) na Justiça Federal. Lá tive a honra e o privilégio de trabalhar com o hoje Desembargador aposentado Márcio Moraes. Juiz humanista que me guiou nos primeiros passos de minha formação jurídica e me convenceu a fazer a graduação em Direito.

Cursei Direito no período noturno, no Largo São Francisco, sempre trabalhando.

Mas, a maior dificuldade de minha vida, sem dúvida nenhuma foi a perda de minha segunda filha, a Beatriz, em dezembro de 2000, vitimada por meningite, quando tinha 1 aninho e seis meses de idade. Foi devastador. Fiquei fora de circuito durante uns bons anos. É uma tragédia pessoal da qual levei muito tempo para me recuperar.

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

O concurso no qual fui aprovada (6º concurso do Tribunal Regional Federal da 4ª Região) se iniciou em final de 1995 e terminou em junho de 1996. Na época, eu estava grávida de minha primeira filha, a Marina. Na prova oral eu estava com 08 meses de gravidez. As pessoas, na época, me diziam que eu não seria aprovada, pois os concursos de magistratura não admitiam mulheres grávidas. Muitas pessoas me diziam isso e eu já estava começando a ficar resignada com minha reprovação. Mas, de qualquer forma, continuei estudando e me preparando. Não queria desistir, pois tinha a consciência de que, se não conseguisse êxito naquele momento, depois, com um bebê para cuidar seria mais difícil manter o nível de preparação que um concurso de magistratura federal exige.

Prossegui com minha preparação e fiquei muito feliz com minha aprovação em uma boa colocação. Tomei posse com quase 9 meses de gravidez. Trabalhei durante uma semana e entrei em licença maternidade. O juiz titular da Vara na qual fui lotada, fez uma brincadeirinha da qual nunca me esqueci: "Todos os juízes de Porto Alegre ganharam juízes substitutos, só a minha veio com defeito". Achei graça, na época não senti isso como machismo...

Durante a licença maternidade fui sondada para que julgasse processos de um mutirão, selecionados para atuação dos juízes recém aprovados. Fiquei constrangida, pois senti que não conseguiria julgar processos, com qualidade e celeridade, durante o período de amamentação. Disse que não poderia trabalhar nos

processos durante a licença, mas confesso que me senti em desvantagem em relação ao grupo de juízes do meu concurso, pois tive que julgá-los todos no meu retorno, me sentia "atrasada", como se a licença maternidade tivesse sido um "estorvo".

Nos anos de 1998-1999, surgiram as primeiras oportunidades de promoção para o cargo de Juiz Titular para minha turma de concurso. Ocorre que as vagas que me foram disponibilizadas se localizavam em Uruguaiana e em Foz do Iguaçu, numa Vara Criminal. À época, lotada em Porto Alegre, eu estava casada, tinha duas filhas pequenas e meu marido se mostrou contrário à mudança da família. Na avaliação dele, me inscrever para a promoção seria uma "ambição pessoal", que prejudicaria a família. Disse que se eu optasse pela promoção, ele pediria o divórcio e pediria a guarda das filhas. Assim, deixei de me inscrever junto com minha turma e em razão dessa decisão, perdi aproximadamente 40 posições na lista de antiguidade na carreira, decisão da qual me arrependo muito, hoje em dia.

Os caminhos da vida acabaram me levando ao divórcio, e, finalmente, em 2003, pedi promoção para cidade de Rio Grande, onde fui muito feliz, pessoal e profissionalmente. Ali, inclusive, fui apresentada por uma grande amiga ao João, meu atual marido. Um presente que a vida me deu.

Não tinha ainda consciência de que esses tropeços na vida profissional tinham, entre suas múltiplas causas, também razões de gênero. Se eu fosse homem, talvez essas questões fossem encaminhadas de forma diferente.

Na chegada à Vara Criminal de Florianópolis enfrentei dificuldades muito grandes. Uma resistência muito grande à minha liderança e à liderança do Diretor de Secretaria que me acompanhava desde Joinville. Tenho consciência de que foi uma situação muito complexa, com muitas falhas de todos os lados, mas hoje faço o retrospecto e tenho a nítida sensação de que, se eu fosse homem, a situação teria um encaminhamento muito diverso.

Hoje, nas duas Varas Criminais de Florianópolis atuam 4 juízas. Domínio totalmente feminino.

O convite feito pelo Desembargador Thompson Flores para exercer a Direção do Foro no biênio 17-19 foi muito, muito importante na minha trajetória. Procuro todos os dias, exercer a função com a máxima dedicação e comprometimento. Pessoalmente, sou como se todas as dúvidas anteriores à minha competência e capacidade fossem sanadas, pois o Tribunal não colocaria uma função tão relevante em mãos de uma pessoa sem qualificação para tanto. Sou muito grata e procuro, a cada momento, fazer o melhor.

O que é, a partir da experiência da senhora, ser juíza federal?

Para responder essa pergunta, preciso antes de tudo, dizer que não concordo com posições "essencialistas": aquelas que identificam no "ser mulher" características inatas à feminilidade. Assim, não considero que a jurisdição exercida por uma mulher seja "naturalmente" mais humana, mais carinhosa, mais sensível, mais empática e nem melhor que a jurisdição exercida por qualquer outro colega de sexo masculino. Considero que as discussões acerca das dificuldades enfrentadas no acesso à magistratura, na ascensão funcional, no acesso aos Tribunais e aos Tribunais Superiores e nos diversos espaços de poder do Judiciário são

demandas por igualdade, em seu aspecto material.

Ser juíza federal implica, necessariamente, defrontar-se com questões de igualdade que, em algum momento já afetaram ou afetarão sua vida pessoal ou profissional: as dificuldades na preparação e no acesso aos concursos, a acumulação de atribuições profissionais e de cuidado com a família (essas sim, naturalizadas pela sociedade patriarcal como encargos femininos), as dificuldades na ascensão na carreira, a exclusão ou a pouca permeabilidade de mulheres aos espaços de poder etc. Isso sem falar nas mulheres e colegas negras, que além das dificuldades já mencionadas, ainda sofrem discriminação em razão de raça e classe social.

Ser juíza federal também evoca a lembrança da luta de tantas gerações de mulheres que sofreram grandes perdas, discriminações e violências para que as mulheres de nossa geração possam hoje ocupar esse lugar. Ângela Davis evoca a lembrança das negras escravizadas que, separadas de seus filhos recém-nascidos, eram forçadas ao trabalho duro nas lavouras de algodão do Sul dos Estados Unidos sob açoites. O leite materno, vertido dos seios impedidos de amamentar, se misturando com o sangue dos corpos femininos sob açoites é uma imagem que me toca profundamente. Isso sem falar nas sufragistas, nas pioneiras dos cursos de direito, nas primeiras magistradas, parlamentares, cientistas etc, histórias de muita garra e vontade de vencer.

Por isso, entendo que ser juíza federal – com consciência histórica dessa condição – é definir-se, necessariamente, a partir das demandas reais de igualdade, que nos colocam em sintonia visceral com todos e todas que possuem os ideais de justiça e de igual acesso aos bens e serviços sociais.

Como é administrar uma seção ou subseção judiciária?

É uma grande oportunidade de ampliação de horizontes e de aprendizado.

O campo da gestão pública, nos dias atuais, exige grande profissionalismo, lucidez e visão de futuro, diante das grandes dificuldades do cenário que se apresentam, sobretudo em razão do novo regime fiscal da EC nº 95/2016 que congelou os limites de gastos públicos pelos 20 anos subsequentes à sua promulgação.

As políticas, estratégias e programas de aperfeiçoamento da prestação jurisdicção e da gestão administrativa desdobram-se em várias frentes e o número de servidores diminui gradativamente, em razão das restrições orçamentárias. Tudo isso exige o aperfeiçoamento dos mecanismos, tais como, a gestão dos dados, dos fluxos de trabalho, da gestão de riscos e de pessoas, etc. Enfim, um sistema bem estruturado de governança em rede, com olhos postos na inovação, pois sem soluções tecnológicas e inovadoras, o Judiciário não terá condições de responder aos anseios da sociedade na era digital. Nesse aspecto, a 4ª Região da Justiça Federal tem sido celeiro de soluções que estabeleceram novos paradigmas: o processo eletrônico (E-proc), o processo SEI, o sistema de Assistência Judiciária Gratuita - AJG (esse desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação de Santa Catarina), o sistema de gestão dos cadastros funcionais (SERH), o sistema de gestão de diárias e passagens etc. Lembrando, sempre, que a tecnologia não substitui o contato humano e a valorização das carreiras da magistratura e dos servidores do Judiciário.

Por isso, desde o inicio de minha gestão estabeleci como “lema” a busca constante da empatia. Somente ao vivenciar os dramas e as dores dos usuários dos serviços que prestamos é que poderemos estabelecer

um processo de aperfeiçoamento contínuo e duradouro.

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

No meu caso, tenho a sorte grande de ter um marido que me apóia em todas as minhas iniciativas. Verdadeiro parceiro que torna minhas cargas bem mais leves. Mas é muito difícil levar adiante projetos nessas três frentes sem algum tipo de prejuízo em alguma delas. No meu caso, o prejuízo agora está na vida acadêmica, pois não tenho conseguido me dedicar à minha pesquisa de doutorado.

(Sobre a compreensão, justificação e definição dos “crimes de ódio” – *hate crimes*, no Direito Brasileiro) como eu deveria e gostaria.

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

Sonho com o dia em que as mulheres de todas as raças, classes sociais, orientações sexuais, convicções políticas etc, possam ocupar livremente os espaços de poder, seja no legislativo, no executivo ou no judiciário, na ciência, na cultura, nas artes, no empresariado, nas universidades, de forma isonômica, proporcional à representação masculina e que isso seja um fato cotidiano, natural e corriqueiro, e não uma coisa extraordinária.

Sonho com o dia em que a Lei Maria da Penha seja desnecessária, que a violência contra a mulher seja uma lembrança remota de tempos distantes. Que o Brasil não seja notabilizado por ocupar lugar de destaque no ranking dos países mais violentos do mundo para as mulheres, tal como ocorre hoje, em que ocupa o vergonhoso quinto lugar.

Sonho com o dia em que, nós mulheres, não tenhamos mais que ocupar nosso tempo na luta por igual respeito, dignidade e igualdade de oportunidades. Que possamos, tranquilamente, nos dedicar aos nossos campos de interesse, explorar todos os nossos potenciais, sem medo do preconceito, da violência, do assédio e da discriminação.

Qual a mensagem que a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

Sabemos que, a despeito de muitos avanços, ainda há obstáculos consideráveis ao ingresso das mulheres na magistratura. Dupla ou tripla jornada de trabalho, uma concepção estrutural que desestimula as estudantes a almejarem a magistratura, ausência de políticas públicas eficazes de controle de natalidade para as mais jovens etc.

Além disso, o nível de complexidade das provas exige um grande tempo de preparação com exclusividade, o que retira, ou dificulta muito, o ingresso de candidatos que trabalham.

O resultado é que, apesar de representar a maioria, dentre os formandos dos cursos de direito, apenas 37% dos cargos da magistratura nacional são ocupados por mulheres, segundo os dados do último censo do

“

*Não tinha ainda consciência de que esses tropeços na vida profissional tinham, entre suas múltiplas causas, também razões de gênero.
Se eu fosse homem, talvez essas questões fossem encaminhadas de forma diferente.*

Claudia Dadico

CNJ.

Apesar de tudo isso, minha mensagem é de força e perseverança, sempre!

A magistratura é uma carreira maravilhosa, de muito prestígio e muito valorizada. O Brasil precisa de mais diversidade em sua composição.

Este é um espaço livre para deixar uma mensagem ou falar sobre algo que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores.

Gostaria de agradecer pela oportunidade de contar um pouco da minha história e, assim, prestar uma singela contribuição para a discussão sobre as questões de gênero e magistratura. Espero que a Ajufe sempre incentive e encoraje tais discussões. Trata-se de algo muito além de uma simples demanda ou tentativa de privilegiar um segmento da magistratura. Trata-se de uma questão de representatividade social plena, fundamentada nos ideais de justiça, pluralismo e diversidade, princípios fundamentais do Estado Constitucional de Direito.





Claudia Cristofani

Desembargadora Federal

*"Ser juíza já faz parte de minha identidade, é isso o que sou", destaca a sétima entrevistada do 'Conhecendo as Juízas Federais', a desembargadora federal **Claudia Cristofani**, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).*

Claudia iniciou a carreira na magistratura estadual do Paraná, em comarcas do interior, e em 1992 passou no concurso para juíza federal, atuando como titular da 5ª Vara Federal de Curitiba. Em julho de 2013, tomou posse como desembargadora na 4ª Região.

Tendo sido titular da primeira Vara Previdenciária do Brasil, avalia que *"a especialização implicou em que pela primeira vez se buscasse compreender os significados da dura terminologia atuarial e tecnicismos da legislação previdenciária, com a compreensão dos efetivos impactos, inclusive matemáticos, das opções legislativas sobre a concessão e o cálculo dos benefícios e manutenção da renda mensal".*

Atualmente, **exerce a relatoria de processos da Operação Lava Jato no âmbito da 4ª Seção Criminal do TRF4**, que decide recursos e outros incidentes interpostos contra decisões da 8ª turma. Na opinião da magistrada, essa é uma Operação importante por difundir informações socialmente relevantes sobre o modo de fazer

política no Brasil e chamar a atenção da população sobre a premência do combate à corrupção.

Segundo a desembargadora, **a carreira de juíza, além de difícil, impõe importantes limitações pessoais e sociais**. *"A intensidade das dificuldades enfrentadas pelas mulheres não é homogênea e depende de fatores econômicos, culturais e sociais. Porém não se diga que inexiste, sendo os índices de violência doméstica - cujos efeitos transcendem a pessoa da vítima, especialmente quando têm filhos - a metáfora mais eloquente a sinalizar que efetivamente existe um problema a ser pensado coletivamente"*, analisa.

Ela enfatiza que o trabalho, pago ou não, de mulheres que cuidam diariamente de pessoas dependentes é inevitável e vital para qualquer sociedade que se pretenda saudável e apta a se reproduzir. Nessa trilha, também aponta o fato de **a mulher enfrentar mais obstáculos para estar no cenário político e na vida pública quando a isso se soma o silencioso trabalho de prover pelas pessoas dependentes**.

Finalizando a conversa, Claudia Cristofani propõe uma reflexão: *"Os obstáculos estão diante de nós para serem superados e quem puder resolver melhor os problemas comunitários adiciona valor para a sociedade"*.



Onde começou a exercer a jurisdição?

Iniciei na magistratura estadual do Paraná, em comarcas do interior, experiência cuja riqueza e relevância para a minha formação pessoal e profissional não me canso de ressaltar.

Lembro com muito carinho da dimensão humana dos problemas afetos à jurisdição estadual, do convívio estreito e aprendizado com os colegas juízes, promotores e advogados. E mesmo da interação com as instituições municipais - o juiz no interior tem grande possibilidade de influenciar em assuntos comunitários -, como na edição de leis e nas políticas públicas locais.

Enfim, o juiz acaba sendo forjado por todas as responsabilidades e vivências que vêm da inserção em uma nova comunidade, que recebe e acolhe o magistrado com respeito e cordialidade.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

Difícil graduar a relevância da atuação profissional em um cenário tão dinâmico, pleno de situações variadas e pungentes, sendo que as que recebem maior atenção da mídia e do público nem sempre são as mais significativas. Passa-me na memória ter criado o conselho tutelar de um município; a reposição da bicicleta do trabalhador, destruída quando fora atropelado ao voltar para casa; e a injustiça de um caso, decorrente de falha de defesa, flagrada no último instante e por acaso, e que quase custou a residência do autor.

Pensando um pouco mais, considero relevante ter contribuído, de forma inaugural, para a sistematização do direito previdenciário, em uma época em que a bibliografia era quase inexistente e a jurisprudência, limitada a poucos temas. Fui titular da primeira Vara Previdenciária do Brasil, aonde permaneci por 12 anos, e estava na composição da primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais. A especialização implicou em que pela primeira vez se buscasse compreender os significados da dura terminologia atuarial e tecnicismos da legislação previdenciária, com a compreensão dos efetivos impactos, inclusive matemáticos, das opções legislativas sobre a concessão e o cálculo dos benefícios e manutenção da renda mensal.

Atualmente, como uma das 6 desembargadoras criminais da 4ª Região, é inevitável que nos chegue às mãos diversas operações de grande repercussão social. Sou a relatora da Lava Jato no âmbito da 4ª Seção Criminal do TRF4, que decide divergências nos julgamentos de apelo da 8ª Turma e outros recursos e incidentes, exercendo um pequeno papel nessa importante operação que, para além de responsabilizar pessoas culpadas e recuperar parte dos danos causados aos cofres públicos, difundiu informações socialmente relevantes sobre o modo de fazer política no Brasil e chamou a atenção da população sobre a premência do combate à corrupção.

A corrupção representa - à par do deletério moral e da quebra de confiança que consiste - o abuso de posições públicas para perpetrar a apropriação da renda que a sociedade produz, sendo lesiva sob os mais diversos enfoques, desde os morais aos históricos e econômicos, passando por todas as pequenas histórias de infortúnios individuais, profundamente injustas.

Com as informações disponíveis, decorrentes dos casos julgados, ficou evidente que ao invés dos agentes econômicos entrarem em saudável competição para oferecer ao povo o melhor serviço ou produto pelo

menor custo, aumentando o bem estar social, a corrupção fomenta grupos de interesse privado a se fidelizar a um agente público disposto a manter laços espúrios; e os agentes públicos, ao invés de ofertar o melhor plano de governo, passa a competir por posições de poder 'loteáveis', em uma dispendiosa rede de interesses.

O Poder Judiciário, do qual me orgulho de fazer parte, tem importante papel nesse amadurecimento da sociedade brasileira, conquista de todos os juízes e juízas.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

Uma mulher juíza sofre importantes limitações pessoais e sociais. Arcamos com consequências adicionais pelo exercício de nosso direito à expressão e liberdade de agir. Afortunadamente, são compensadas pela intensa vivência que propicia o exercício da jurisdição.

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

A intensidade das dificuldades enfrentadas pelas mulheres não é homogênea e depende de fatores econômicos, culturais e sociais. Porém não se diga que inexiste, sendo os índices de violência doméstica - cujos efeitos transcendem a pessoa da vítima, especialmente quando têm filhos - a metáfora mais eloquente a sinalizar que efetivamente existe um problema a ser pensado coletivamente.

Confesso me preocupar que o processo de conscientização social sofra retardos pelo tom acusador e pela presença de hostilidade e radicalismo dos debates, que gera rejeição às ideias, já dizia Cass Sunstein, a polarização nulifica o processo de deliberação. Não é incomum a agressividade do pleito gerar efeito contrário ao pretendido.

Dito isso, e distanciando-me de questões morais ou ideológicas, as quais realmente não me apraz cogitar, gostaria de apontar um aspecto esquecido, o da sobrecarga da mulher, na esteira dos estudos de Martha Nussbaum (*Introduction to the Symposium on Eva Kittay's Love's Labor: Essays on Women, Equality and Dependency*) e Feder Kittay (*Love's Labor: Essays on Women, Equality and Dependency*).

Sabe-se que grande espectro da sociedade é ou será dependente de cuidados especiais - o bebê, a criança, o doente, o incapacitado, o idoso - e a quase totalidade desses cuidados são atribuídos às mulheres. Havendo grau de parentesco, cuidar não é considerado "trabalho", muito embora impeça grandemente essas mulheres de perseguir outras atividades da vida - aperfeiçoamento profissional, empreendedorismo, participação política, recreação, cultura, realização pessoal, descanso. Opções são descartadas pela impossibilidade de seguir com elas em todo o seu espectro de limitações. Por vezes sub-educadas e presas ao trabalho doméstico - olhemos ao redor do mundo - mulheres deixam de treinar as habilidades exigidas pelo âmbito corporativo e político.

Nossa visão habitual é a de que apenas o trabalho produtivo no mercado é "real", o que talvez nos impeça de ver o grande ônus que recai sobre as mulheres.

Mesmo quando o cuidar é remunerado, em geral é pobramente pago, recaindo o labor sobre mulheres

pobres. E se cuidadoras pagas permitem que mulheres mais privilegiadas possam, de algum modo, perseguir suas carreiras, surgem inevitáveis os argumentos de justiça social.

Precisamos reconhecer que o trabalho, pago ou não, de mulheres que cuidam diariamente de pessoas dependentes, além de inevitável, é vital para o sucesso de qualquer sociedade que se pretenda saudável e apta a se reproduzir. Enquanto isso não for feito, os interesses das mulheres estarão sub-representados na esfera pública.

Os conceitos de cidadania devem compreender a relação de dependência - a pessoa vulnerável e seus cuidadores, em geral mulheres. A mãe cuida de seu infante, a sociedade deve, até certo ponto, auxiliá-la nesse labor, e compreender como esse suporte será promovido, inclusive pelas opções que ela, dado o contexto, deixa de lado.

Encarar adequadamente a circunstância da mulher enfrentar mais obstáculos para estar no cenário político e na vida pública quando a isso se soma o silencioso trabalho de prover pelas pessoas dependentes.

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

Sabe-se que "a desigualdade de gênero é má economia. Priva o progresso nacional do talento das mulheres. Reduz o potencial produtivo das forças de trabalho. Restringe o consumo, diminui o rendimento dos impostos e limita os resultados pessoais e nacionais dos investimentos na educação feminina ao forçar as mulheres a seguir profissões e ocupações em que não fazem uso pleno de suas capacidades e habilidades", como dito por Green Templeton College, University of Oxford, no Simpósio sobre Desigualdade de Gênero nos Mercados Emergentes.

Percebo, porém, que as diferenças entre papéis de gênero são antigas, talvez evolutivas - possivelmente essa divisão de trabalho, a colaboração entre homens e mulheres em funções distintas, foi determinante para o sucesso competitivo da raça humana, mesmo porque, se sabe, os bebês humanos nascem extremamente imaturos (Y. Harari, *Sapiens*) - e então voltamos às funções de cuidado, tipicamente exercidas pelas mulheres e durante muito tempo.

Perceber que a sociedade se aproveita desse sobre-esforço feminino e engendrar meios de compensação dessa externalidade positiva demanda debate desapaixonado e não polarizado, com exposição sincera e não acusadora de pontos de vista.

Transformações não se operam por decreto, a legislação oficial não opera modificações profundas no entendimento dos cidadãos. Compreendo ser necessária a reconstrução de "normas sociais". Há grandes custos de adaptação. Muitos serão onerados pela redistribuição de papéis, que demanda aprendizado e elaboração de perdas - As próprias mulheres deverão reaprender e abrir mão de vantagens secundárias.

Transformações culturais tão arraigadas são difíceis, mas, no Ocidente, tem havido progressos. Sonho, com os olhos abertos à essa realidade que cerca o problema, que seja instaurada comunicação veraz, sadia, produtiva e menos ideologizada, para que seja possível elaborar esse tema sem a procura de culpados, e compreendidos todos os diversos pontos de vista, para que se obtenham progressos a ambos os gêneros.

“Como juíza, penso em ser respeitosa com os problemas e sofrimentos das partes envolvidas, e com as tragédias cotidianas nas quais as pessoas se envolvem. Dedico minha atenção e busco me colocar sob a perspectiva dos diversos protagonistas daquelas situações.

Claudia Cristofani

Qual a mensagem que a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

Há sabedoria dentro de nós, que podemos despertar focando na essência, refletindo, procurando por boas ideias - pensar grande dá o mesmo trabalho que pensar pequeno. Tenho comigo não perder energia com as inevitáveis pequenas coisas que incomodam - é uma demonstração de sabedoria desviar a atenção do alarido produzido pelo senso comum, e por quem discorda e, sem conhecimento, quer opinar.

O foco na essência permite que os problemas sejam resolvidos de maneira inovadora. Os obstáculos estão diante de nós para serem superados e quem puder resolver melhor os problemas comunitários adiciona valor para a sociedade.

Como juíza, penso em ser respeitosa com os problemas e sofrimentos das partes envolvidas, e com as tragédias cotidianas nas quais as pessoas se envolvem. Dedico minha atenção e busco me colocar sob a perspectiva dos diversos protagonistas daquelas situações.

Atuo como se cada decisão pudesse colaborar para a construção de uma sociedade melhor, para que eu possa dar bom retorno aos investimentos dos contribuintes que pagam o meu salário.

Ser juíza já faz parte de minha identidade, é isso o que sou. 

#8

Therezinha Cazerta Desembargadora Federal

O "Conhecendo as Juízas Federais" deste capítulo traz a desembargadora federal **Therezinha Cazerta**, atual presidente do Tribunal Regional Federal da 3^a Região. Therezinha iniciou a carreira na magistratura em 1988, quando foi aprovada no último concurso nacional para a Magistratura Federal, substituídos hoje por concursos regionais.

Reunindo mais de 30 anos no exercício da magistratura, a desembargadora começou a atuar desde o início como titular da Vara de Santos (SP). "Naquela época, a carreira era bem mais breve do que é hoje, e, depois de dez anos em Santos, fui promovida por antiguidade para o Tribunal, onde estou há quase vinte e um anos", contou.

A magistrada, além da ampla bagagem administrativa - já foi coordenadora de Subseção e de Juizados, Corregedora e agora ocupa o cargo máximo do TRF3 - também possui ampla experiência na atividade jurisdicional. "Santos é uma cidade portuária e lá eu trabalhei com

questões aduaneiras muito interessantes e com grandes apreensões de mercadorias", destacou.

Das experiências compartilhadas pela magistrada, uma chama mais atenção: a participação dela na primeira grande operação da Justiça Federal. "**Eu fui relatora de um caso que foi realmente muito marcante na minha carreira, a Operação Anaconda, que foi a primeira grande operação da Justiça Federal. Não se tinha nenhuma experiência anterior, já que nenhum dos Tribunais Federais havia julgado uma ação penal originária**", descreveu.

Finalizando a conversa, Therezinha Cazerta externa uma vontade sobre o futuro. "**Eu pretendo voltar à jurisdição, porque acredito que ainda tenho muito a fazer. Há sempre novos casos interessantes e algo novo a aprender. Como magistrada no exercício da jurisdição, quero voltar a ter mais tempo para estudar e me dedicar aos livros**", concluiu.



Onde a senhora começou e exerceu a sua jurisdição?

Eu iniciei em São Paulo, capital, em 1988, aprovada que fui no último concurso nacional para a Magistratura Federal. Naquela época, o juiz federal ingressava na carreira como juiz titular ou auxiliar, conforme a classificação no concurso. Iniciei como titular da 2ª Vara de Santos. Contudo, como a vara ainda não estava instalada, iniciei minhas atividades em função de auxílio na capital, onde permaneci seis meses em uma vara criminal. Quando instaladas as varas em Santos, eu assumi naquela subseção uma vara de competência mista. Naqueles tempos, a carreira era bem mais breve do que é hoje, e, depois de dez anos em Santos, fui promovida por antiguidade para o Tribunal, onde estou há quase vinte e um anos.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

Quando se fala em atuação, geralmente se pensa em casos jurisdicionais, mas eu não posso deixar de mencionar a experiência administrativa que, para mim, foi muito rica.

Eu fui diretora de subseção em Santos, Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, Corregedora Regional e agora sou Presidente do Tribunal. Em todas essas atividades, me deparei com muitas situações extremamente complexas e bastante interessantes. Foi uma fase importante da minha vida profissional. É uma experiência inigualável trabalhar na administração da Justiça, porque nos traz uma vivência totalmente diferente da jurisdicional, que nos obriga a desenvolver habilidades novas e nos propicia um conhecimento singular da estrutura da instituição.

Por exemplo, quando coordenadora da Subseção de Santos, o Poder Judiciário ainda não estava informatizado, então conseguimos junto à Receita Federal – procedimento inusual à época - um lote de equipamentos eletrônicos apreendidos, contendo várias peças de computador. Havia uma única máquina montada, bastante moderna, e que acabou sendo requisitada pela Diretoria do Foro. Diante da situação, criamos um laboratório no Fórum, onde um funcionário com algum conhecimento técnico (não havia setor de informática e, menos ainda, servidores especializados), montou vários computadores a partir das peças apreendidas. Os juízes se cotizaram e pagaram as peças faltantes e, assim, conseguimos disponibilizar vários computadores para as secretarias da Justiça Federal de Santos, que foi a primeira subseção a trabalhar com essa tecnologia.

Na atividade jurisdicional, também tive experiências marcantes. Santos é uma cidade portuária e lá eu trabalhei com questões aduaneiras muito interessantes e com grandes apreensões de mercadorias em trânsito ilegal.

Lembro-me de um caso de apreensão de contêineres com significativa quantidade de carne congelada prestes a ser exportada irregularmente, em que tivemos que realizar o leilão do produto apreendido, em razão do iminente risco de deterioração. Foi um processo complexo, com vários recursos interpostos. Eu ainda não tinha muita experiência e não havia precedentes na matéria. Tanto tempo atrás, a alienação antecipada de bens não era um procedimento comum, não existia regulamentação a propósito e, na base da coragem, realizamos um trabalho inovador. Ocorriam também apreensões das mais variadas mercadorias, além de estupefácia em tráfico internacional, escamoteados no interior das mercadorias, das formas mais inusitadas e inimagináveis, e consequentes prisões e processos criminais.

Também em Santos atuei no caso de um pequeno lobo-marinho, que encalhou na praia, arrastado pelas

correntes marítimas, longe do seu habitat natural. Pouco tempo antes, coincidentemente, havia morrido o leão-marinho Macaé, que vivera muitos anos no Aquário de Santos. A população, então, adotou aquele animalzinho, de espécie semelhante, logo apelidado Macaezinho, levando-o ao tanque antes ocupado por Macaé. Ação ajuizada para que o mamífero pinípede fosse devolvido ao mar, contra o clamor popular, realizei a primeira inspeção judicial da minha carreira. Decisão difícil, nem fui eu que prolatei a decisão final, mas o animal foi mantido no Aquário de Santos por 16 anos, até sua morte, pouco tempo atrás. Os dois animais estão expostos, taxidermizados, no Museu de Pesca de Santos.

Já no Tribunal, eu fui relatora de um caso realmente marcante na minha carreira, a Operação Anaconda, que foi a primeira grande operação da Justiça Federal. Não havia precedentes, já que nenhum dos Tribunais Federais havia julgado uma ação penal originária. Foi um aprendizado para todos, um processo complexo, rumoroso, trabalhoso; eram muitos réus, entre juízes federais, delegados da polícia federal, policiais federais, advogados... Como havia muitas prisões, a ação teve que ser processada com celeridade, e em um ano concluímos a instrução e julgamos a ação penal.

O processo foi extremamente cansativo, já que foram muitas as medidas cautelares determinadas, havia grande acervo probatório a examinar, entre apreensões e interceptações telefônicas, foram tomados cerca de cem depoimentos, houve a interposição de inúmeros recursos e habeas corpus e o julgamento pelo Órgão Especial durou três dias e uma noite inteira. Além disso, a presença de juiz como réu torna o processo extremamente delicado, difícil e doloroso.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou? A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

A bem da verdade, na Justiça Federal, ao menos na 3.^a Região, não posso dizer que haja qualquer tipo de discriminação em detrimento da mulher. Nunca senti e nem tive notícia.

Nós, magistradas federais, enfrentamos as dificuldades próprias da mulher profissional – e, especialmente, da profissional magistrada –, já que não é fácil conciliar as atividades profissionais com a vida familiar, social e acadêmica. Além do estresse e da intensa dedicação que são próprios da Magistratura, normalmente se ingressa na Justiça Federal em uma idade em que se está constituindo família. Assim, muitas vezes com filhos pequenos, somos levadas pela profissão a trabalhar em regiões distantes. Essa é uma fase difícil da carreira.

Mas, antes de entrar na Magistratura Federal, eu sofri a discriminação que era muito própria da época, em outros concursos. As mulheres não passavam nos concursos para Magistratura, para o Ministério Público... Eu e outras colegas da época fizemos concursos em que ficava claro – e até dito abertamente – que seria muito improvável a aprovação de uma mulher – mais ainda se fosse casada. Se fosse casada com juiz ou promotor, simplesmente não passaria, cheguei a ouvir isso diretamente de alta autoridade de instituição da área jurídica.

Como eu não tinha a idade mínima para o concurso da Justiça Federal, eu me inscrevia em outros concursos. Não ser aprovada por questões de gênero gerava muita frustração, inconformismo e sensação de injustiça, sabendo-se preparada e capaz.

As pessoas me perguntavam por que eu insistia, se não seria aprovada, e eu respondia que, ainda que eu não colhesse os frutos daquela batalha, as futuras gerações de mulheres poderiam viver num ambiente menos desigual. Se nós não tivéssemos travado essa luta, nada mudaria. E eu acredito que, de lá para cá, muita coisa mudou, ainda que nós saibamos que, em alguns setores e em algumas regiões, ainda existe resistência ao ingresso ou à promoção de mulheres na carreira. Por isso é preciso estarmos sempre alertas e ativas.

O que é, a partir da experiência da senhora, ser magistrada federal?

É clichê dizer que a magistratura é um sacerdócio, mas é praticamente isso mesmo. É uma vida de muita dedicação, de muito sacrifício e de muita autovigilância, porque é uma atividade que acarreta muito estresse e que exige demais. Nós, mulheres, devemos ter cuidados próprios pela nossa condição de mulher, de mãe, de esposa, de gestora do lar e de magistrada. Devemos procurar nos manter em equilíbrio, imprescindível ao exercício da função jurisdicional.

É importante encontrar alguma válvula de escape – que seja música ou alguma outra manifestação artística, que seja o prazer de uma viagem, uma boa leitura... É muito difícil se sustentar com dedicação total ao trabalho sem esses momentos de lazer.

Mas, por outro lado, é uma carreira extremamente gratificante, uma profissão encantadora. Cada decisão que proferimos, buscando levar justiça aos que têm direito, principalmente aos mais carentes, nos dá a força para continuar.

E, muitas vezes, nós acabamos nos encontrando nesta função quando menos esperamos. Eu, por exemplo, não queria ser juíza, eu queria ser pianista. Ingressei na Faculdade de Direito por acaso, para continuar a estudar enquanto não concluía o Conservatório – a ideia era, depois de concluídos os estudos de piano, seguir para a Faculdade de Música. Porém, no primeiro ano, fiquei encantada pelo Ministério Público e, ao final, segui a carreira da Magistratura. E não me arrependi um só segundo: já no primeiro mês de atividade eu estava apaixonada pelo que fazia e nunca mais pensei em fazer outra coisa.

Como foi administrar a Subseção Judiciária de Santos?

Não foi uma tarefa fácil, especialmente àquela altura em que, como eu disse, não contávamos com computadores - na verdade, nem mesmo boas máquinas de escrever. Nós trabalhávamos com muitas restrições. A Justiça Federal não possuía a infraestrutura de hoje, e, especialmente nas subseções – que à época eram apenas três, no estado de São Paulo –, nós tínhamos muita dificuldade de obter o mínimo necessário para nosso trabalho diário. Então faltava tudo. E, onde falta tudo, deve sobrar disposição e criatividade. Era basicamente como se trabalhava e especialmente com uma união muito forte entre os juízes e os servidores, todos trabalhando em prol da Justiça Federal. Até mesmo por essas enormes dificuldades, foi uma experiência ímpar, porque é na dificuldade que realmente aprendemos e evoluímos.

Hoje, como Presidente do Tribunal, eu também enfrento dificuldades – com muito mais recursos, é claro, mas também com desafios muito maiores. É necessária uma grande dose de paciência, de diálogo, de

“Entreguem-se totalmente. Só assim se consegue fazer um bom trabalho. Preocupem-se mais com a qualidade do que com a quantidade. Procurem fazer vocês mesmas o seu trabalho. Vivemos uma nova era, em que o juiz deve ser “gestor” e acaba por delegar muito – o que pode ser um erro grave e perigoso -. O bom juiz deve saber fazer tudo o que é feito em uma vara.

Therezinha Cazerta

disposição, muito trabalho e muita criatividade. É preciso escolher as pessoas certas para o necessário assessoramento, mas estar presente a todo o momento em todas as atividades. Eu sou muito grata por ter tido a oportunidade de viver todas essas experiências na Justiça Federal.

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

Eu acho que, a rigor, não é possível (risos). Eu sempre que tentei fazer muitas coisas, algumas delas eu não fiz muito bem. Então eu admiro muito as colegas que conseguem conciliar Magistratura, academia e família. Tenho muito respeito por elas, mas reputo extremamente difícil e eu efetivamente não tive condições de fazê-lo. No início da minha carreira como juiza, eu tinha um filho pequeno e, pela minha natureza de me entregar muito ao que eu estou fazendo, foi impossível conciliar as três funções. Eu tive um início de carreira acadêmica, fiz pós-graduação, gostaria de ter prosseguido, mas preferi declinar. Optei por me dedicar “somente” à carreira de magistrada e à família, com o máximo de empenho, e às viagens, que nunca dispensei porque alimentam a alma.

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

Eu pretendo voltar à jurisdição, porque acredito que ainda tenho muito a fazer. Há sempre novos casos interessantes e muito a aprender. Mas, como carreira, eu já fiz tudo que gostaria de ter feito. Eu não digo que fiz tudo, mas exercei todas as funções que me interessavam. Com a Presidência do Tribunal, esse ciclo se encerra, e me sinto plenamente realizada. Como magistrada no exercício da jurisdição, quero voltar a ter mais tempo para estudar e me dedicar aos livros, além de poder desfrutar de horas de lazer.

Qual a mensagem a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

Entreguem-se totalmente. Só assim se consegue fazer um bom trabalho. Preocupem-se mais com a qualidade do que com a quantidade. Procurem fazer vocês mesmas o seu trabalho. Vivemos uma nova era, em que o juiz deve ser “gestor” e acaba por delegar muito – o que pode ser um erro grave e perigoso. O bom juiz deve saber fazer tudo o que é feito em uma vara. Ele tem que saber o que acontece dentro da sua unidade e como está o andamento dos seus processos, o clima organizacional e o desempenho de sua equipe. Isso parece óbvio, mas infelizmente não tem sido sempre assim. É preciso recuperar, em alguma dose, a metodologia antiga, em que o trabalho era mais artesanal.

Quando eu entrei na Justiça Federal, quando muito, nós tínhamos um servidor para atuar no gabinete, a quem cabia digitar sentenças e fazer poucas adaptações em sentenças prontas, mas eram os juízes os responsáveis por elaborar suas sentenças e decisões, por todo o seu trabalho intelectual. Hoje, em razão do volume, obviamente não pode mais ser assim, mas também não há que ser o oposto disso. O juiz deve realizar pessoalmente o seu trabalho, as suas decisões e as suas sentenças. Essa é uma mensagem que eu gostaria de deixar às futuras magistradas. 

#9

Leila Paiva Morrison
Juíza Federal

A entrevistada deste capítulo é a magistrada **Leila Paiva Morrison**. Atualmente, ela exerce a jurisdição na 10ª Vara Federal Cível de São Paulo do Fórum Cível “Ministro Pedro Lessa”. A juíza iniciou a carreira na magistratura federal em 1996 quando foi aprovada no IV Concurso da Justiça Federal da 3º Região.

Dentre as experiências enquanto juíza federal, a magistrada destaca a participação na iniciação do Juizado Especial Federal de São Paulo (JEF-SP) – com autos virtuais e secretaria única -, e o período de agosto de 2002 a fevereiro de 2004, quando o presidiu; a colaboração na Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG), especialmente nos cursos de formação para juízes recém-ingressos; e a atuação em conciliações.

Durante a entrevista, Leila Paiva reforçou que seu sonho, enquanto magistrada, é a pacificação social por meio da Justiça. **“Não consigo vislumbrar outro modo de se fazer moralmente respeitar como juíza federal, a não ser pelo propósito fiel, constante, explícito e corajoso de buscar a Justiça em quaisquer circunstâncias”**, destacou.

Para a magistrada, **“a prestação judicial é um desafio a cada processo, pois ali estão vidas que clamam por solução”**. E continuou: **“Penso que não existe sociedade perfeita. A magistratura, enquanto produto dessa sociedade, está em constante transformação. Por isso, as crises, inclusive de gênero, quando ocorrem, são, mais do que tudo, crises de amor”**, finalizou.



Onde a senhora começou e exerceu a sua jurisdição?

Iniciei a carreira da magistratura federal em 1996, aprovada no VI Concurso da Justiça Federal da Terceira Região. Minha primeira designação foi para a 5ª Vara Federal Cível na Subseção Judiciária de São Paulo. Fui promovida, em 2000, para a 34ª Vara Federal Cível que aguardava instalação, ocorrida em abril de 2002, após ter sido convertida na 7ª Vara Federal Previdenciária da Capital. Em setembro de 2003, me removi para a 10ª Vara Federal Cível de São Paulo do Fórum Cível "Ministro Pedro Lessa".

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

A prestação judicial é um desafio a cada processo, pois ali estão vidas que clamam por solução. A expectativa da decisão pelos jurisdicionados nos provoca diariamente a fazer sempre mais e melhor. Por isso, não consigo diferenciar as atuações pela relevância, pois entendo que absolutamente tudo o que me foi demandado é de essencial importância. Contudo, posso destacar trabalhos desafiadores durante toda a carreira.

Em 2000, fui convocada pela primeira vez para o C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, tendo atuado na E. Quarta Turma, o que se tornou inesquecível pelas grandes lições aprendidas e pela acolhida generosa da desembargadora federal Therezinha Cazerta e do desembargador federal Newton De Lucca. Foi possível compreender a dinâmica do julgamento em segundo grau de jurisdição, o que foi de importância absoluta para o desenvolvimento da minha atuação no primeiro grau.

Integrar, em 2002, o grupo de juízes que iniciou o Juizado Especial Federal de São Paulo (JEF-SP), totalmente eletrônico, com autos virtuais e secretaria única, bem como presidi-lo de agosto de 2002 a fevereiro de 2004, foram experiências magníficas. A designação era cumulativa com a Vara e, ainda, com primeira Turma Recursal do JEF-SP.

Servir o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, convocada como juíza federal em auxílio à Presidência, durante as gestões das desembargadoras federais Anna Maria Pimentel, Diva Malerbi e Marli Ferreira, e do desembargador federal Newton De Lucca, nos biênios de 2004/5, 2005/7, 2007/9 e 2012/14, foi, sem dúvida, absolutamente honroso e enriqueceu a minha percepção sobre a importância do planejamento para o efetivo desenvolvimento e melhoria da prestação do serviço jurisdicional da Justiça Federal.

O trabalho de auxílio sempre deve ser exercido nessa condição. A principal tarefa é saber colaborar, o que na minha experiência tornou-se facilitado pela condução, sempre incansável e dedicada, das desembargadoras federais e do desembargador federal na Presidência do TRF3, aos quais tive a dádiva de servir e com quem aprendi lições de devoção incondicional, trabalho hercúleo e amor à Justiça Federal.

De dezembro de 2015 a fevereiro de 2017, e em novembro de 2017, a convocação para a E. Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos gabinetes da desembargadora federal Diva Malerbi e da desembargadora federal Consuelo Yoshida, integrada também pelos Desembargadores Federais Fábio Pietro e Johonsom Di Salvo, será sempre lembrada. Foi uma atuação dignificante que muito me honrou, tanto pela convivência quanto pela possibilidade de colher a sabedoria de seus integrantes.

A colaboração na Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG) e, especialmente, nos

cursos de formação para juízes recém-ingressos, também é realmente enriquecedora. São momentos para reflexão sobre a prestação jurisdicional.

À conciliação reservo atenção especial, pois está incluída entre as atividades admiráveis na prestação judicial. Aprendi a reverenciá-la a partir do trabalho e das lições da desembargadora federal Daldice Santana. Exercer a coordenação da Central de Conciliação de São Paulo, depois de diversas participações voluntárias, trouxe a possibilidade de vivenciar a satisfação de pacificar sistematicamente os conflitos por meio de acordo.

Lembro-me de um caso delicado de subtração internacional de criança, cujo processo tramitou em prazo recorde para cumprir a Convenção da Haia. Durante a audiência, realizada por Skype, foi possível definir todos os pontos necessários a propiciar a convivência amigável do pai estrangeiro e da mãe brasileira, em benefício da menor.

Por fim, reporto-me àquela que foi, decerto, uma das experiências mais significativas e inesquecíveis da minha vida profissional: a participação como membro efetivo da Banca Examinadora do XVIII Concurso de Juízes Federais Substitutos da 3ª Região, representando a Justiça Federal de Primeiro Grau, que, em 2017, aprovou e trinta e quatro candidatos.

Foi uma honra e uma alegria sem medidas, por tudo o que representou para mim, atuar ao lado das desembargadoras federais Diva Malerbi e Mônica Nobre e dos desembargadores federais Johonsom Di Salvo e Paulo Domingues, e da juíza federal Noemi Martins. Também tive o imenso privilégio de trabalhar com as representantes da OAB, as advogadas dra. Ivete Senise e dra. Janaina Paschoal, e com os representantes das universidades, os professores dr. Otávio Luiz Rodrigues Júnior e dr. Bernardo Bissoto Queiroz de Moraes.

Os trabalhos da banca são cumulados com os afazeres da jurisdição, o que requer incondicional dedicação. Isso somente foi possível graças à condução sempre firme, escorreita e gentil da presidência da banca, a cargo da desembargadora Diva Malerbi e do desembargador federal Johonsom Di Salvo.

Avaliar um candidato ao cargo de juiz federal é buscar o Poder Judiciário do futuro, que o olhar da examinadora tenta entrever no reflexo da história daqueles que construíram a Justiça Federal da Terceira Região.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

Foram tantas, mas o milagroso impulso da vida nos faz esquecer, as adversidades ficam leves com o tempo, e o que era muito árduo passa a ser experiência: perder meu pai aos treze; trabalhar aos quinze; acumular com estudos; perseguir a faculdade, a carreira, o concurso; encontrar os caminhos; tudo isso seria impossível sem fé.

Na carreira, lembro-me do convite do desembargador federal José Eduardo Santos Neves, então juiz federal Diretor do Foro, para integrar um seletivo grupo de juízes que daria início aos trabalhos do Juizado Especial Federal em São Paulo: a atual desembargadora federal Marisa Santos, presidente; os atuais desembargadores federais José Marcos Lunardelli e Paulo Sérgio Domingues; a juíza federal Márcia Hoffmann do Amaral e Silva Turri e o juiz federal Victório Giuzio Neto. Aceitei o honroso e irrecusável convite para atuar durante três meses acumulando com a Vara, e acabei ficando dois anos.

Lembro-me, no recém-inaugurado JEF-SP, em 2002, a busca por Justiça era dramática. Batiam às portas as pessoas que não conseguiam obter sequer o protocolo de seus pedidos de concessão ou de revisão de benefícios previdenciários. Em agosto daquele ano passei a presidir o JEF-SP, tentando dar prosseguimento às lições e ao grandioso trabalho da desembargadora federal Marisa Santos, que havia sido promovida ao Tribunal. Na ocasião, as filas, que eram formadas desde a madrugada, cresciam à medida que a imprensa noticiava os prazos prescricionais das ações previdenciárias. No primeiro semestre de 2003, os atendimentos chegavam a mil por dia, tendo alcançado mais de oito mil num só dia, no total de 230.205 registrados naquele ano.

Eu olhava as filas com os servidores, pensando numa solução para garantir o acesso de todos à Justiça, quando veio a ideia do "kit Juizado": um envelope composto de modelo de procuração, lista de documentos para ingressar com a ação e endereçamento, que podia ser retirado no JEF ou baixado da internet, e servia para postagem nos Correios, pois a propositura da ação era ainda feita em papel, com digitalização para os autos eletrônicos. Foram recebidas mais de um milhão de ações. A Kombi dos Correios trazia engradados com os envelopes. Certo dia, chegaram mais de sessenta mil, cada um com uma ação. As advogadas e os advogados, por sua vez, traziam inúmeras petições iniciais dentro de grandes malas de viagem. Tudo isso foi facilitado pelo aperfeiçoamento do sistema do JEF, que, nos anos seguintes, passou a receber os pedidos eletronicamente.

Na época, fizemos Juizados itinerantes em Capão Redondo, Itaquera, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo. Essa medida auxiliou a reduzir as filas, assegurando o acesso à justiça.

Porém, a maior preocupação era acelerar as respostas aos pedidos: razão de ser do novo Juizado. Para tanto, foram designadas audiências coletivas, realizadas no auditório, e, também os julgamentos em lote, a partir da extração dos relatórios eletrônicos que identificavam os casos com temas semelhantes e pacificados pela jurisprudência. Em dezembro de 2003, foram publicados dois lotes com vinte e cinco mil sentenças.

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

Nunca tive a percepção de que alguma dificuldade poderia decorrer do fato de ser mulher. Não me recordo de um episódio específico que pudesse mencionar, talvez simplesmente porque não tenha enfrentado a dificuldade de atuar no interior, com instabilidades inerentes ao deslocamento do seio da família, ou quiçá pela criação recebida de minha mãe, uma senhora humilde e forte, que me ensinou o milagre da fé.

Penso que não existe sociedade perfeita. A magistratura, enquanto produto dessa sociedade, está em constante transformação. Por isso, as crises, inclusive de gênero, quando ocorrem, são, mais do que tudo, crises de amor.

A vida diária é laboriosa e precisa ser vivida com gentileza e harmonia entre homens e mulheres. A convivência pacífica requer o reconhecimento dos predicados uns dos outros, sabendo que se complementam e, juntos, são mais fortes. Qualquer tipo de desrespeito, seja em função de raça, cor ou gênero, é sempre causado por ausência de amor. Isso porque o olhar de quem se acredita superior é distorcido pela crença egoísta de que a perfeição lhe é inerente e, justamente por isso, estaria a merecer mais prestígio e autoridade.

Creio que a grandeza da alma humana está na capacidade de admitir as próprias limitações. Saber-se limitada ou limitado traz a aptidão de superação das estreitas amarras que, muitas vezes, tolhem a possibilidade de querer bem. Além disso, em todas as circunstâncias, é também preciso uma enorme dose de compreensão para com aqueles e aquelas que discordam, pois sempre aprendemos com a dialética, seja para confirmar o que acreditamos, seja para revermos as nossas verdades.

O que é, a partir da experiência da senhora, ser magistrada federal?

Ser magistrada federal é aplicar o Direito com sabedoria objetivando o oferecimento da Justiça.

Lembro-me de um trecho das Escrituras sobre o julgamento proferido pelo rei Salomão, em que determinou que um menino disputado fosse entregue vivo àquela que considerou ser a sua mãe. Na ocasião, "todo o Israel ouviu a sentença que o rei proferira, e temeu ao rei; porque viu que havia nele a sabedoria de Deus para fazer justiça." (I Reis 3:28).

A partir da separação das funções, referida desde o profeta Isaias: "somente Deus pode ser juiz, legislador e rei" (Isaias 33:22), coube às juizas e aos juízes a prestação judicial. No entanto, a máxima do julgamento com sabedoria que conduz à Justiça ainda persiste. Não há razão para o temor público, o que se busca conquistar é o respeito de todos.

Não consigo vislumbrar outro modo de se fazer moralmente respeitar como juíza federal, a não ser pelo propósito fiel, constante, explícito e corajoso de buscar a Justiça em quaisquer circunstâncias.

Como é administrar uma Seção ou Subseção Judiciária?

O trabalho na esfera administrativa é desenvolvido, atualmente, na Coordenação do Fórum Cível "Ministro Pedro Lessa", assim como foi no biênio 2014/2016.

Trata-se de atividade auxiliar àquela desempenhada pela Diretoria do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, visando manter o bom funcionamento do espaço do fórum para os operadores do direito e o público em geral, de modo a contribuir na execução de projetos gestados na área meio, direcionados à melhoria da área fim, para que a busca da prestação jurisdicional seja acessível em todas as etapas.

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

As mulheres recriam, dia após dia, o caminho para seguir oferecendo a prestação judicial, mesmo quando as necessidades da vida privada clamam por solução imediata.

Qualquer tentativa de administração do tempo deve sempre prever exceções, para que sejam sopesados os valores envolvidos. A saúde é primordial, no mais, conto com a compreensão do meu marido.

Acredito que não existe modelo perfeito. A cada dia apresenta-se uma nova equação: as horas devem ser divididas, os desafios são multiplicados, a preocupação diminuída e a fé somada. Eu tento fazer conciliação com o tempo, mas é claro que, segundo a matemática das horas, estou em débito com todos.

“Penso que não existe sociedade perfeita. A magistratura, enquanto produto dessa sociedade, está em constante transformação. Por isso, as crises, inclusive de gênero, quando ocorrem, são, mais do que tudo, crises de amor.

Leila Paiva

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

A pacificação social por meio da prestação da Justiça.

Qual a mensagem a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

Ser juíza é responsabilidade, dedicação e amor, não necessariamente nessa ordem.

Acreditar no sonho de ser magistrada é bem melhor do que renunciar e conformar-se com um não ser. Aquelas que confiam na capacidade de reinventar-se, que sentem pulsar nas veias um dever cívico inexplicável, que são tomadas pela aflição ao depararem-se com as iniquidades quotidianas, estão prontas.

A inscrição no concurso e a aprovação são consequências desse sentimento de responsabilidade e amor pelo País.

Deixe alguma mensagem ou fale sobre algo que acredite que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores.

Agradeço à Comissão AJUFE Mulheres, especialmente à juíza federal Gabriela Azevedo Campos Sales pela oportunidade de poder compartilhar.

Gostaria de poder nomear cada uma e cada um pelos quais guardo o mais profundo e dileto sentimento de gratidão e respeito, porque, direta ou indiretamente, foram para mim exemplos de trabalho, modelos de dedicação, pacificadores incansáveis, mestres da vida, que superaram as dificuldades para servir ao Poder Judiciário com galhardia e grandeza d'alma inigualável. Diariamente combatem o bom combate: ministras e ministros, desembargadoras e desembargadores, juízas e juízes, servidoras e servidores; assim como procuradoras e procuradores da república, defensoras e defensores públicos, advogadas e advogados públicos e privados. A todas e todos que primam por desempenhar seriamente os seus misteres em prol de um Brasil melhor, buscando a efetivação da paz social por meio da prestação judicial, muito obrigada!

Pelo que fui e o que sou agradeço à família, às amigas, aos amigos, e, acima de tudo, por tudo e sempre, a Deus, porque dele e para ele são todas as coisas. 



Leda de Oliveira Pinho

Juíza Federal aposentada

Dando continuidade ao "Conhecendo as Juízas Federais", a Ajufe apresenta, nesta décima edição, a juíza federal aposentada **Leda de Oliveira Pinho**, da Seção Judiciária do Paraná, na 4^a Região. Leda ingressou na Magistratura Federal em 1995, somando mais de 14 anos de jurisdição.

Durante a conversa, a juíza relembra os desafios de carreira que viveu dentro da Justiça Federal para aumentar a celeridade e eficiência do serviço prestado pelo Judiciário. **"A sobrecarga de trabalho, muitas vezes excedendo em muito o padrão de 40 horas semanais, avançando no descanso de final de semana e convertendo parte do período de férias em dedicação exclusiva aos processos conclusos. Essa era uma realidade de uma época com um número diminuto de Varas, de Juízes e de Servidores, com instalações e equipamentos inadequados ao volume de trabalho e à própria tecnologia disponível"**, declarou.

Leda ainda analisou a situação do mercado de trabalho entre mulheres e homens, acreditando

haver a necessidade de uma reflexão da sociedade sobre os comportamentos que valorizam a forma desigual entre os sexos. **"Sonho, assim, com um modelo de igual valorização de ambos os sexos, de modo que o fator aleatório de ter nascido homem ou mulher não interfira na igualdade de oportunidades e de direitos de qualquer deles. Esse modelo de igual valorização é possível, depende da sociedade, de que tomemos, para cada um de nós, a tarefa de perceber (olhar), compreender (ver) e superar (reparar) os prejuízos coletivos da barreira cerrada de reserva de vagas em favor do sexo masculino ainda presente no espaço público"**, destacou a juíza federal.

Com uma mensagem positiva para mulheres que pensam em seguir a carreira da Magistratura Federal, a magistrada concluiu. **"Criamos hoje o amanhã e poderemos transmudar as dificuldades em oportunidades de crescimento, aceitar novas responsabilidades e desafios, fazer o nosso melhor e inspirar outras mulheres a fazer o mesmo"**.



Onde a senhora começou e exerceu a sua jurisdição?

Ingressei na Magistratura federal em 1995. Minha primeira lotação foi na cidade em que já morava, Curitiba. No final de 1998, depois de deixar passar a primeira oportunidade de promoção, fui para Maringá. Lá permaneci até a aposentadoria, com um recorte de 2 anos nos quais exercei a jurisdição em Curitiba, na Turma Recursal.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

Ingressei na Magistratura federal em 1995. Minha primeira lotação foi na cidade em que já morava, Curitiba. No final de 1998, depois de deixar passar a primeira oportunidade de promoção, fui para Maringá. Lá permaneci até a aposentadoria, com um recorte de 2 anos nos quais exercei a jurisdição em Curitiba, na Turma Recursal.

Quando assumimos em Curitiba recebemos, eu e cada um dos novos colegas lá lotados, o acervo de 200 processos antigos para sentenciar. Os meus eram todos da própria Vara em que fui lotada. Era uma Vara antiga, com casos complexos, que atraíam a competência de um volume grande de processos e geravam um volume ainda maior de autos. Na época, eram comuns os litisconsórcios ativos multitudinários nos quais, por vezes, os únicos elementos comuns eram a causa de pedir e o pedido, mas os autores e os réus estavam vinculados a diferentes instituições. A ideia inicial deve ter sido usar a faculdade do litisconsórcio para acelerar o processamento das demandas repetitivas, mas o elevado número de litigantes surtiu justamente o efeito contrário. Um ou outro processo do acervo tinha alguma questão pericial ou de direito complexa, mas o maior desafio foi mesmo conhecer, entender e relatar tudo o que se passara ao longo dos anos.

Em Maringá fui designada para uma Vara nova. A maior parte dos servidores era recém-concursada. Volume de processos também grande e de competência geral. O começo foi mais difícil porque demandou estruturação e formação da equipe. Para mim, o mais marcante dessa fase foi justamente esse aspecto coletivo que a titularidade plena me permitiu impulsionar.

Como na Justiça Federal a administração da Vara é atribuída ao Juiz que está na titularidade, esse conjunto – Juízes e Servidores, Gabinete e Secretaria, tem que estar afinado para fluir bem. Tenho boas lembranças e muita gratidão. Trouxe de lá afetos para a vida e creio ter conseguido propiciar um ambiente de colaboração e de proximidade com a equipe. Foi justamente essa harmonia que me permitiu participar de projetos inovadores que foram implantados na Vara, tais como:

- Projeto "Cópia de Decisões e Despachos – Dois em Um": iniciado em outubro de 2003, envolvia as decisões em que houvesse necessidade de comunicação às partes, por mandado, ofício ou carta de intimação ou de citação. Os Juízes determinavam que se extraísse cópia da decisão e assinalava que ela estaria apta à comunicação oficial (Ex: "Cópia desta decisão servirá como Ofício"). A numeração era obtida em tempo real e até as atas que estivessem sendo elaboradas em audiência poderiam se prestar a essa finalidade. Com isso, deixamos de elaborar um significativo número de expedientes, o que reduziu a datilografia em mais de 80%, eliminou toda uma cadeia de atividades de emissão, remessa, conferência e assinatura e liberou tempo de Juízes e Servidores para o contingente de processos em trâmite na Vara e para as metas de produtividade.

- Projeto de "Qualificação Integrada - QI": visava incrementar a capacitação dos servidores, estagiários e voluntários, pelo compartilhamento de conhecimentos e habilidades, promover um ambiente propício à comunicação eficiente e apto a maximizar o fluxo de ideias inovadoras, buscar um padrão de excelência e o comprometimento com os resultados almejados. Era operacionalizado por três práticas realizadas no contrafluxo do atendimento ao público. Primeira, o estudo em grupo na sala de audiências, tendo como instrutores, em regra, os próprios Juízes e Servidores da Vara e, como grade, conteúdos teóricos e estudo de casos. Segunda, a formação de duplas de orientador e orientando, para que aqueles que exercessem tarefas mais repetitivas tivessem a oportunidade de desempenhar outras que permitissem o progresso do raciocínio jurídico e a troca de experiências nas diferentes atividades. Terceira, a multiplicação de conhecimentos, mediante a reprodução de conteúdo aprendido pelos servidores que houvessem saído para fazer algum curso.

- Projeto "Papel é Vida": tinha por objetivo conscientizar os públicos interno e externo para a adoção de uma postura racional, ecológica e econômica, quanto ao uso do papel no âmbito judicial. Pautava-se pela busca na objetividade do conteúdo, na impressão em frente e verso e no cuidado para evitar a duplicação de peças já juntadas aos autos ou a juntada desnecessária de textos legais, jurisprudenciais ou doutrinários. No âmbito externo, sua implantação envolveu o diálogo com advogados, procuradores, colaboradores e professores sobre a importância do projeto. Diferentemente dos demais projetos, neste participavam as demais Varas da Subseção Judiciária. Ele inspirou muitos outros, até fora do Estado e da Justiça Federal, em especial um desenvolvido pela Seção Judiciária de Santa Catarina o qual, se não me falha a memória, foi premiado.

Da experiência na Turma Recursal o que mais me marcou foi o repertório das histórias de vida que estavam expressas naqueles autos, boa parte em torno de reconhecimento do serviço nas atividades no campo ou em busca da averbação de um tempo urbano não registrado ou do abrigo de um benefício assistencial diante da vulnerabilidade socioeconômica.

Engana-se quem diz que a Justiça Federal é uma Justiça de entes; ela é de gente e de muita gente, desde os litígios concernentes ao sistema de seguridade social até a disputa sobre direitos indígenas ou os casos compreendidos nas hipóteses especiais de graves violações aos direitos humanos, isso sem contar o vultoso volume de recursos que carreia pela via da execução fiscal.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

A sobrecarga de trabalho, muitas vezes excedendo em muito o padrão de 40 horas semanais, avançando no descanso de final de semana e convertendo parte do período de férias em dedicação exclusiva aos processos conclusos.

Essa era uma realidade de uma época com um número diminuto de Varas, de Juízes e de Servidores, com instalações e equipamentos inadequados ao volume de trabalho e à própria tecnologia disponível.

Não sou do tempo do "juntado por linha aos autos", mas meu primeiro monitor era de fósforo verde, substituído meses depois por um mais moderno que eu comprara, o gabinete pouco maior que as mesas, a jurisprudência era recortada do DOU e os relatórios tinham poucas informações para uma análise gerencial e qualitativa direta. O acesso à bibliografia e à legislação também tinha lá suas dificuldades, seja pela restrição do orçamento ou pela tecnologia disponível.

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

Na Magistratura, nada em especial ou diretamente, apenas os reflexos daqueles comportamentos que perpassam o tecido social, tendo como agentes tanto homens como mulheres, na medida em que todo o sistema é pensado na perspectiva masculina, tomando o sexo masculino como métrica e referência. Uma boa medida para se saber se o fato de ser mulher faz diferença em um dado espaço, em uma dada situação, é usar a “regra do inverso”.

Quando se está montando uma banca de concurso com candidaturas de ambos os sexos é compatível com o princípio da igualdade material que ela seja composta exclusivamente por mulheres? O acesso dos homens aos postos de autoridade e de liderança será afetado se as oportunidades de visibilidade e de reconhecimento profissional e associativo forem majoritariamente reservadas às mulheres? Quando se monta um Seminário apenas com palestrantes do sexo masculino, significa que eles estão ocupando cotas, ainda que implícitas?

O que foi, a partir da experiência da senhora, ser juíza federal?

A mais realizadora experiência profissional de toda minha vida. Sempre tive clareza de que a minha missão de vida era servir a coletividade. Ciente desse perfil, certa feita um professor questionou minha opção pela Justiça Federal, para ele mais voltada aos organismos públicos e menos às pessoas. Discordei. Ainda que aqueles entes induzam a competência da Justiça Federal, a matéria trazida ao juízo impacta a vida de gente, de muita gente, como no caso dos mutirões de conciliação do SFH.

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

Faço parte de um contingente de meninas e de moças que se viram diante do desafio da luta pela subsistência e pela superação do que parecia ser um destino inexorável: concluir o ginásio (atual ensino fundamental) para trabalhar no comércio e aprender a cuidar de uma casa para casar. Justamente por isso, minha formação levou um tempo a mais do que o padrão: um ano de intervalo para, por minha conta, me matricular em uma escola pública e fazer o colegial, dois anos para trabalhar em três turnos e juntar o recurso para iniciar Ciências Econômicas, mais dois anos para passar no primeiro concurso público.

Foi um longo caminho de muitos “nãos”: “já estudou o suficiente para uma moça”, “a vaga não está disponível para mulheres com filhos”, “a atividade não é própria para mulheres”, “já passou no concurso quer estudar mais o quê?” Os “músculos” adquiridos naquelas batalhas me preparam para outras mais desafiadoras e, em especial, para ingressar e evoluir nas carreiras que abracei.

Nelas, acredito que o maior desafio foi o malabarismo do tempo na rotina diária - cuidado pessoal, família, trabalho, estudo e lazer – e as inevitáveis consequências da opção pontual, ao longo de 35 anos de serviço, pelo trabalho em face das outras áreas da vida. O caminho para o equilíbrio possível, tomando de empréstimo a metodologia “Mindfulness”, reside na qualidade da presença plena no espaço efetivamente dedicado a cada uma daquelas áreas. Esse milagre da multiplicação é, em geral, fruto de organização do

“Criamos hoje o amanhã e poderemos transmudar as dificuldades em oportunidades de crescimento, aceitar novas responsabilidades e desafios, fazer o nosso melhor e inspirar outras mulheres a fazer o mesmo.

Leda de Oliveira Pinho

tempo, objetividade no trabalho, afimco no estudo e cooperação familiar, tudo temperado com boas doses de afeto, resiliência e bom humor.

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

Gostaria muito que as pessoas refletissem sobre as consequências de seguirmos balizando nossos comportamentos e escolhas, conscientes ou não, em uma estrutura de pensamento arcaico dominante que valoriza de forma desigual os sexos, que mantem sobre-representadas as forças de influência da perspectiva masculina e ainda produz e reproduz uma regulação moral e legal das relações sociais baseadas na diferença sexual, em especial nas relações de poder. De uma forma ampla, é esse desequilíbrio na distribuição de poder que explica a quebra de paridade de remuneração ou prestígio pelo mesmo serviço, a desigualdade no respeito ao comportamento individual e social e, no limite, a tolerância social para com a violência doméstica. De uma forma estrita, é essa construção social de valorização diferencial de ambos os sexos que explica o fato da sub-representatividade da mulher nos espaços públicos de poder e liderança, como os cargos e funções próprios da Magistratura.

Sonho, assim, com um modelo de igual valorização de ambos os sexos, de modo que o fator aleatório de ter nascido homem ou mulher não interfira na igualdade de oportunidades e de direitos de qualquer deles. Esse modelo de igual valorização é possível, depende da sociedade, de que tomemos, para cada um de nós, a tarefa de perceber (olhar), compreender (ver) e superar (reparar) os prejuízos coletivos da barreira cerrada de reserva de vagas em favor do sexo masculino ainda presente no espaço público.

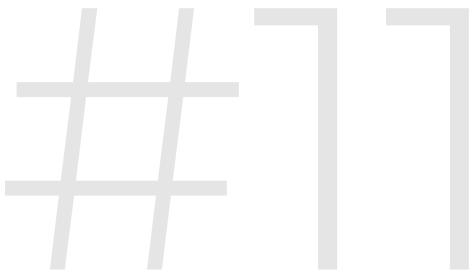
Para isso, é preciso desvelar os preconceitos para apreender e traduzir em novas práticas a nova realidade social e chegar à paridade de representação da mulher na Magistratura e levar essa realização da igualdade a todas as esferas constitucionais de competência e a todos seus cargos e funções.

Qual a mensagem a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

Os grandes sonhos começam a se concretizar com um pequeno passo, como estudar com afimco e foco já na graduação e aproveitar as oportunidades de estudo e de progresso acadêmico. Hoje, olhando para trás, me dou conta do esforço despendido para fazer as graduações e pós-graduações em Economia e em Direito e o Mestrado, da ginástica para acomodar a atividade profissional e acadêmica, família e cuidado pessoal. Valeu cada gota de suor ou de lágrima.

Criamos hoje o amanhã e poderemos transmudar as dificuldades em oportunidades de crescimento, aceitar novas responsabilidades e desafios, fazer o nosso melhor e inspirar outras mulheres a fazer o mesmo.

Eu diria, sobretudo, que "é possível", que ainda há muito por fazer até substituirmos aquele modelo de pensamento dominante, mas "é possível" abraçar as carreiras jurídicas, como a Magistratura, "é possível" nelas progredir e participar do processo de elaboração das normas a serem construídas no espaço do Poder Judiciário, aportando a elas também a compreensão de mundo das mulheres e não só dos homens.



Sylvia Steiner

Desembargadora Federal aposentada

A entrevistada deste capítulo do "Conhecendo as Juízas Federais" é a Desembargadora Federal aposentada **Sylvia Steiner**. A magistrada faz parte da composição dos quadros do Tribunal Regional Federal da 3^a Região desde 1995, quando, por meio do quinto constitucional do Ministério Público, ingressou no referido Tribunal. A magistrada era Procuradora Regional da República desde 1982.

Para a desembargadora, mudar o enfoque, de membro do Ministério Público para Desembargadora, **"não foi tão difícil, uma vez que mantive a mesma postura garantista que sempre sustentei no MPF"**, explicou. **"A maior dificuldade que enfrentei foi a de aprender a trabalhar em órgão colegiado, eu que estava acostumada a dar mais Pareceres de forma individual"**, justificou.

Na entrevista, a magistrada conta, ainda, sobre ter conciliado as carreiras acadêmica, profissional e familiar. **"Criei dois filhos sozinha, fui Procuradora da República e depois Desembargadora federal, fiz Mestrado e Doutorado na USP, e atuei junto a diversas organizações não governamentais de defesa a direitos fundamentais. Meus filhos cresceram, se formaram, são homens dignos e éticos, advogados respeitados. Portanto, sim, com muita organização e muita capacidade de desdobrar-se em mil, é possível"**, concluiu.



Onde a senhora começou e exerceu a sua jurisdição?

Ingressei no Tribunal Regional Federal da 3^a Região pelo quinto constitucional do Ministério Público, em 1995. Era Procuradora Regional da República, tendo ingressado na carreira em 1982.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

Mudar o enfoque, de membro do Ministério Público para Desembargadora, não foi tão difícil, uma vez que mantive a mesma postura garantista que sempre sustentei no MPF. No entanto, casos complexos em matéria criminal, em especial tráfico de drogas e quadrilhas que agiam para fraudar o INSS foram difíceis, porque julgar nunca é fácil...

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

A maior dificuldade que enfrentei foi a de aprender a trabalhar em órgão colegiado, eu que estava acostumada a dar mais pareceres de forma individual. Ter que convencer seus colegas, defender seus pontos de vista, e contrariar algumas posições que estavam já sedimentadas, foi um exercício de aprendizagem para mim. De muitas frustrações, confesso, mas acima de tudo de aprendizagem.

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

Sim, sofri, mais de uma vez. Não vou mencionar os casos concretos, mas sofri situações de assédio no Ministério Público Federal (MPF) e no Tribunal.

O que é, a partir da experiência da senhora, ser Desembargadora Federal?

Exerci minhas funções com alegria. Tentei pôr um tanto de minhas convicções em cada caso que julguei. Fui vencida inúmeras vezes, e hoje vejo minhas teses vencidas serem adotadas pelos Tribunais Superiores. Isso me dá uma satisfação enorme, ter contribuído para a evolução da jurisprudência.

Como é administrar uma Seção ou Subseção Judiciária?

Nunca fui boa administradora, mas contei com um corpo de funcionários excelentes, responsáveis, que me ajudaram demais, e a eles e elas sou grata até hoje. Aprendi tudo com eles e elas, acredite...

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

Eu tenho que acreditar, pois essa é a história da minha vida! Criei dois filhos sozinha, fui Procuradora da República e depois Desembargadora Federal, fiz Mestrado e Doutorado na USP, e atuei junto a diversas organizações não governamentais de defesa a direitos fundamentais. Meus filhos cresceram, se formaram, são homens dignos e éticos, advogados respeitados. Portanto, sim, com muita organização e muita

“
É uma carreira linda. Difícil, mas
a sensação de fazer justiça
compensa qualquer frustração - e
muitas virão, faz parte da vida -. Cuidado para não se deixar tomar
pela arrogância, pois exercer um
cargo de poder é antes de tudo
exercer uma função pública.

Sylvia Steiner

capacidade de desdobrar-se em mil, é possível...

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

Bem, agora sou aposentada, e só posso olhar para trás e dizer que o que sonhei pude realizar. Acho que fui uma juíza justa, equilibrada, e sou estimada e reconhecida pelos que me conheceram e acompanharam minha carreira. Ser reconhecida e valorizada até hoje é tudo com o que eu podia sonhar.

Qual a mensagem a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

É uma carreira linda. Difícil, mas a sensação de fazer justiça compensa qualquer frustração - e muitas virão, faz parte da vida. Cuidado para não se deixar tomar pela arrogância, pois exercer um cargo de poder é antes de tudo exercer uma função pública. O juiz é servidor público, e deve se lembrar sempre disso. Não é melhor nem mais importante do que outros servidores. Exerce uma função distinta, que exige um certo grau e autoridade, mas não o coloca num pedestal. Nunca se deve perder a humanidade.

Deixe alguma mensagem ou fale sobre algo que acredite que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores.

Vejo juízes e juízas descobrirem cada vez mais o quanto são importantes na promoção da justiça, das garantias constitucionais, da equidade e da pacificação social. Vejam seu papel como um papel fundamental dentro de um estado, nunca deixem a arrogância roubar seu bom senso e desviá-lo de sua missão.



#12

Cíntia Menezes Brunetta

Juiza federal

Cíntia Menezes Brunetta é a 12^a juíza federal entrevistada pelo “Conhecendo as Juízas Federais”. Há pelo menos 14 anos ela exerce a magistratura federal, tendo tomado posse em 2004, no TRF da 5^a Região, como juíza federal substituta na 3^a Vara da Seção Judiciária de Alagoas. “Eu fui juíza em praticamente todas as Seções Judiciárias da 5^a Região, com exceção de Sergipe. E mesmo em Sergipe, eu participei de mutirões”, conta a magistrada.

Membro de uma família sem tradição nas carreiras jurídicas, a juíza destacou que demorou um pouco para adquirir a sensação de pertencimento ao âmbito da Justiça Federal. *“Eu me sentia como se não pertencesse à Justiça. Demorou um pouco esse processo. E, claro, as dificuldades de ter que decidir. O peso da magistratura nas minhas costas. Tudo isso foi muito complicado”*, compartilhou.

Quanto a problemas enfrentados pelas questões de gênero, Cíntia explica que não enfrentou *“nenhum agravamento especial”*, e complementa: *“mas de fato, por ser mulher, talvez eu tenha passado por um período de prova para provar o meu valor”*, desabafou.

Sobre o futuro, Cíntia Brunetta diz sonhar com uma Justiça em permanente evolução, cada vez mais conectada com a sociedade e ciente de sua missão. *“Uma justiça que busque a melhora em cada passo, o aperfeiçoamento em cada passo; que valorize seus profissionais, mas que valorize também o jurisdicionado”*, reforça.



Onde a senhora começou a exercer a jurisdição?

Eu tomei posse no TRF da 5^a Região em dezembro de 2004 e assumi logo como juíza federal substituta na 3^a Vara da Seção Judiciária de Alagoas. Fiquei em Alagoas por cerca de 6, 7 anos. Depois de Maceió, eu passei um período muito curto como juíza federal substituta em Fortaleza (CE). Quando eu me titularizei, me titularizei em Sousa (PB). Depois fui juíza de Caruaru (PE), juíza de Mossoró (RN), depois juíza da Turma Recursal, em Fortaleza. Agora eu sou juíza titular da 25^a Vara na Seção Judiciária do Ceará, que fica em Maracanaú. Ou seja, eu fui juíza em praticamente todas as Seções Judiciárias da 5^a Região, com exceção de Sergipe. E mesmo em Sergipe, eu participei de mutirões.

Quais foram as suas atuações mais relevantes?

É meio complicado você perguntar essa questão de atuações mais relevantes. Bem, talvez na formação de magistrados. Inclusive, por causa disso, eu estou assumindo, hoje, a Secretaria-Geral da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados), mas eu tive, talvez, uma atuação relevante na área de saúde pública, no Sistema Único de Saúde, no Ceará, na condução de algumas demandas estruturais. Alguns processos complexos que tratavam de reformulações de políticas públicas na área de saúde. Então, talvez foi algo relevante, que eu tenha dado uma contribuição maior.

Eu gosto muito da jurisdição penal, mas é muito complicado falar de atuações relevantes na jurisdição penal.

Quais as dificuldades que a senhora já enfrentou?

Bem, além de não vir de uma família que tinha tradição em Direito. Na verdade, eu fui a primeira da minha família em me formar em Direito - o segundo foi o meu pai, com 70 anos -. Então, não era uma família com essa tradição. Eu tive essa dificuldade.

Eu era servidora do Ministério Público Federal, antes de assumir a magistratura então eu não conhecia ao certo como a Justiça Federal funcionava. E acabou que eu assumi numa Seção Judiciária que eu não conhecia, num estado que eu não conhecia. E foi muito difícil eu me ambientar e me sentir realmente pertencente à instituição. Talvez tenha sido essa a maior dificuldade. Eu me sentia como se não pertencesse à Justiça. Demorou um pouco esse processo.

E, claro, as dificuldades de ter que decidir. O peso da magistratura nas minhas costas. Tudo isso foi muito complicado.

A senhora já sofreu alguma dificuldade ou agravamento especial na profissão por ser mulher?

A magistratura federal como um todo, no Brasil Inteiro, e aqui na 5^a Região não é diferente, acaba sendo uma magistratura ainda muito masculina. Então, é uma coisa natural, na minha percepção, que seja mais difícil para as mulheres ocuparem os espaços dentro da instituição e dentro da carreira.

Eu não diria nenhum agravamento especial, mas, de fato, por ser mulher talvez eu tenha passado por um

período de prova para provar o meu valor. Mas no momento que isso transpareceu, as coisas ficaram mais fáceis. Eu não posso reclamar de que as portas se fecharam ou foram mais difíceis de serem abertas por ser mulher.

O que é, a partir da experiência da senhora, ser magistrada federal?

Eu gosto muito de ser magistrada federal. Como eu falei, estou tomando posse como secretária-geral da Enfam e foi muito difícil, para mim, abrir mão da jurisdição. Embora eu tenha feito concurso sem muita certeza se tinha vocação para ser juíza, eu me encontrei na Justiça Federal, me encontrei aqui no TRF da 5ª Região.

Ser magistrada federal, para mim, é acreditar que você pode fazer uma pequena diferença para mudar a vida das pessoas, para melhorar a questão do fornecimento de políticas públicas, do combate à impunidade. Eu vejo a profissão com muita humildade. Eu sou muito, muito grata. Minha história de vida não indicaria que eu estaria nessa posição que estou hoje. Minha história de vida, minha história de família não indicaria isso. E sou muito grata por estar onde eu estou.

Ser magistrada federal, para mim, talvez seja devolver esse grande milagre na minha vida.

Como é administrar uma Seção ou Subseção Judiciária?

Eu nunca administrei uma Seção Judiciária, mas já administrei algumas Subseções Judiciárias. Para mim, foi muito tranquilo. Eu gosto dessa parte de gestão de pessoas e estudo para ser uma gestora melhor. Então, acho que é uma experiência importante dentro da magistratura.

Na opinião da senhora, é possível conciliar a atividade profissional, acadêmica e familiar?

Essa é a pergunta do século, né? Sinceramente eu espero que sim. Eu tenho duas filhinhas de cinco anos. Estou fazendo um mestrado, assumindo uma nova função agora. Eu amo tudo o que eu faço em todas as áreas da minha vida, então eu espero que seja possível conciliar tudo isso.

O que a senhora sonha enquanto mulher magistrada?

Eu sonho com uma Justiça em permanente evolução, cada vez mais conectada com a sociedade e ciente de sua missão. Uma justiça que busque a melhora em cada passo, o aperfeiçoamento em cada passo; que valorize seus profissionais, mas que valorize também o jurisdicionado.

Qual a mensagem a senhora pode deixar para as mulheres que sonham ou já sonharam em seguir a carreira?

9) Eu acho que a magistratura precisa de vocação. Então, a primeira coisa que tem que se perguntar é se você realmente quer isso. Porque acho que para todo mundo, mas especialmente para as mulheres, essa questão de conciliar tudo é muito difícil. Você ir para o interior e, dependendo da região, um local que você não terá condições de criar os seus filhos. Você abrir mão de uma vida mais tranquila, poder sofrer ameaças e restrições pessoais, profissionais e acadêmicas.

“Eu sonho com uma Justiça em permanente evolução, cada vez mais conectada com a sociedade e ciente de sua missão. Uma justiça que busque a melhora em cada passo, o aperfeiçoamento em cada passo; que valorize seus profissionais, mas que valorize também o jurisdicionado.

Cíntia Menezes Brunetta

Então, a primeira coisa que tem que se perguntar é se realmente eu quero isso. Porque a magistratura não é para qualquer um, mas a magistratura precisa de todos. E essa representatividade é muito importante.



GALERIA DE FOTOS

Neuza Maria Alves da Silva

Desembargadora Federal aposentada



Em 22 de março de 2018, no Memorial Mauro Leite Soares, acompanhada do Presidente do TRF1, recebendo as homenagens prestadas com a aposição de sua Toga de Gala, retrato e placa alusiva ao fato de ser a primeira mulher negra a compor a Corte, em exposição permanente.



Tomando Posse, em 17 de dezembro de 2004, como Desembargadora Federal no TRF1.



Tomando Posse como Vice-Presidente do TRF1, em 25 de abril de 2014, para o biênio 2014/2016.



Sendo entrevistada em data comemorativa ao Dia Internacional da Mulher.

Lívia Cristina Marques Peres

Juiza Federal



Em 2015, a magistrada durante a Itinerância Bailique.



Em maio de 2016, recebendo Menção Honrosa do CNJ pelo projeto desenvolvido no Centro Judiciário de Conciliação da Justiça Federal do Amapá.



Durante realização de audiência na Itinerância Fluvial Cooperativa do Marajó, em abril de 2018.

Adriana Cruz
Juiza Federal

Como palestrante do "II Seminário Mulheres no Sistema de Justiça – Trajetórias e desafios", realizado pela Ajufe entre os dias 7 e 8 de março de 2018, no auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF). Na ocasião, Adriana apresentou diversos dados sobre a atuação das mulheres negras no sistema Judiciário do País.



Em 2017, a juiza federal Adriana Cruz, junto a outros magistrados, prestigia a instalação na sede do TRF2 de um dispositivo para distribuição de material de divulgação do programa SOS Crianças Desaparecidas. Na foto, o juiz federal Osair Victor de Oliveira Junior – representando a diretora da SJRJ, a juíza federal Helena Elias Pinto; a juíza federal Aline Araújo; a diretora geral do TRF2, Lúcia Pedroso; o presidente do TRF2, desembargador federal André Fontes; Lenivanda de Souza Andrade, mãe de Gisela Andrade de Jesus, que desapareceu em 2010, aos oito anos de idade; o gerente do SOS Crianças Desaparecidas, Luiz Henrique Oliveira; e a juíza federal Natalia Tupper.

Valéria Caldi
Juiza Federal



Em julho de 2018, os magistrados Valéria Caldi, Adriana Cruz, Osair Victor e Frederico Montedonio recebem as representantes da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-RJ) Mariana Almeida e Ana Faulhaber.



No registro, a magistrada numa das aulas que ministra online.

Tania Heine

Desembargadora Federal aposentada



Aprovada em primeiro lugar no concurso de âmbito nacional para Inspetor do Trabalho, exerceu o cargo até 1976, quando obteve aprovação para Juiz do Trabalho substituto da 1ª Região e Juiz Federal substituto. Tendo optado por este, tomou posse em 1976 na Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Na foto, a magistrada na 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em abril de 1977.



A desembargadora federal Tania Heine foi eleita Presidente do Tribunal para o biênio 1997 a 1999. No registro, foto de 1998, já na Presidência do Tribunal.



A desembargadora federal Tania Heine é membro da primeira composição de desembargadores federais do TRF 2ª Região.

Claudia Maria Dadico

Juiza Federal



Em março de 2018, durante o "II Seminário Mulheres no Sistema de Justiça: Trajetórias e Desafios", promovido pela Ajufe em parceria com a Amagis-DF, em Brasília, a juiza federal Cláudia Dadico acompanhou, junto a outras magistradas, o lançamento da obra "Equidade e Magistratura - Estudos sobre gênero e raça no Poder Judiciário", organizada pelos juízes federais Clara da Mota Pimenta e Roberto Carvalho Veloso, ex-presidente da Ajufe, e pela juíza de direito Rejane Jungbluth Suxberger.



O concurso no qual foi aprovada (6º concurso do Tribunal Regional Federal da 4ª Região) se iniciou no final de 1995 e terminou em junho de 1996. Na época, Cláudia Maria Dadico estava grávida de sua primeira filha, Marina. Na prova oral, a magistrada estava com 8 meses de gravidez (fotos ao lado).

A magistrada durante o encerramento do HubGov 2018, programa que capacitou profissionais da Justiça Federal de Santa Catarina (UFSC) a trabalharem de forma colaborativa, com o olhar no futuro a partir de métodos inovadores de gestão, realizado entre maio e setembro de 2018, em Florianópolis.



Claudia Cristofani
Desembadora Federal



Lançamento do livro "Estudos sobre Negócios e Contratos", obra em que Claudia Cristofani participa como coautora.



No primeiro registro (Cristofani de azul), encontro da magistrada federal com a professora do departamento de Filosofia e Direito da Universidade de Chicago (EUA) Martha C. Nussbaum. Já no segundo clique, Cristofani durante Sessão do TRF4, em Porto Alegre.



Magistrados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) participaram, em 2015, de curso sobre combate à corrupção em Washington (EUA).

Therezinha Cazerta

Desembargadora Federal



Em 26 de fevereiro de 1988, a então juíza auxiliar toma posse na Magistratura Federal, no Tribunal Federal de Recursos (TFR), em Brasília.



A magistrada durante a cerimônia de posse na qual foi promovida por antiguidade para compor os quadros do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3^a Região.



Na solenidade de abertura do 3º Fórum Nacional de Execução Fiscal (FONEF), realizado pela Ajufe, a desembargadora federal Therezinha Cazerta apresentou projeto que, por meio do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), facilitará a extinção de execuções fiscais.

Leila Paiva Morrison

Juiza Federal



A Juiza Federal Leila Paiva Morrison (branco) ao lado do Advogado da União Luiz Fabrício Thaumaturgo Vergueiro, Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues, Juiz Federal Bruno César Lorencini, presidente da AJUFESP e a Advogada da União Natália Camba Martins, Coordenadora-Geral da Autoridade Central (ACAF) - Curso Subtração Internacional de Crianças na Escola de Magistrados da 3ª Região.



Na foto, a magistrada durante acompanhamento de audiência na Semana Nacional de Conciliação de 2018 na Central de Conciliação da Justiça Federal de São Paulo.



Inicio dos trabalhos do JEF em janeiro de 2002 - Juízes Federais Djalma Gomes e Víctorio Giuzio Neto, Desembargadores Federais Santos Neves e José Marcos Lunardelli, e desembargadora Federal Marisa Santos, primeira presidente do JEF-SP.

Leda de Oliveira Pinho

Juiza Federal aposentada



Durante ato de posse, em maio de 1995, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre.



Na primeira foto, a magistrada no gabinete da 2ª Vara Federal de Maringá, no Paraná. Já na segunda, registro da primeira formação da equipe da 2ª Vara Federal de Maringá.

Sylvia Steiner

Desembargadora Federal aposentada



A desembargadora federal aposentada Sylvia Steiner posa para registro oficial.



Na foto abaixo, audiência em Haia. A magistrada federal Sylvia Steiner, por treze anos, atuou nos julgamentos do Tribunal Penal Internacional na Holanda.

Cíntia Menezes Brunetta

Juiza Federal



Na foto, a magistrada durante sessão que homenageou servidores com o título "Amigo do Judiciário Federal Cearense".



Autoridades presentes à solenidade de Implantação das 34^a e 35^a Varas Federais da Justiça Federal no Ceará. As novas varas passam a compor a Subseção Judiciária de Maracanaú.



No registro, a magistrada durante palestra em evento da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados. Hoje, a juiza federal assumiu a secretaria-geral da ENFAM.

O PROJETO ONLINE



**Acesse o Projeto Conhecendo as
Juízas Federais no site da AJUFE!**



/AJUFE.OFICIAL



/AJUFE_OFICIAL



/AJUFE_OFICIAL



/TVAJUFE



/AJUFE_OFICIAL

WWW.AJUFE.ORG.BR



A Comissão AJUFE Mulheres inaugurou, em 22 de maio de 2018, o projeto **"Conhecendo as Juízas Federais"**. Por meio de uma série de entrevistas divulgadas no site e nas redes sociais da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), a Ajufe e sua Comissão AJUFE Mulheres apresentam a história de magistradas federais, que destacam suas atuações mais relevantes, dificuldades encontradas ao longo da carreira, agravadas ou não pelas questões de gênero, e as experiências singulares do exercício da Magistratura Federal.

ENTREVISTADAS

Neuza Maria Alves da Silva
Lívia Cristina Marques Peres

Adriana Cruz

Valéria Caldi

Tania Heine

Claudia Maria Dadico

Claudia Cristofani

Therezinha Astolphi Cazerta

Leila Paiva Morrison

Leda de Oliveira Pinho

Sylvia Helena de Figueiredo Steiner

Cíntia Menezes Brunetta